



## **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026**

### **1- INTRODUÇÃO**

**1. O MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI**, por meio do **Prefeitura Municipal** de Barra do Piraí, inscrito no **CNPJ nº 28.576.080/0001-47**, Travessa Assumpção, nº 69, Centro, Barra do Piraí – CEP. 27.123-080, na qualidade de **CONTRATANTE**, torna público que, na forma do disposto no **processo administrativo n.º 020302/001626/2026**, fará realizar, **no dia 11 de junho de 2026 às 14:00 horas**, no site **www.compras.gov.br**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **menor preço**, que se regerá pela Lei Federal 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar n. 123/2006, Decreto Municipal nº 310 de 23 de março de 2022, Decreto Municipal nº 401 de 08 de novembro de 2022, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

#### **1.1– DA SESSÃO PÚBLICA**

**1.1.1** A sessão pública será realizada no site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)

Posição	Dia	Mês	Ano	Horário
Data da realização do Pregão	<b>11</b>	<b>06</b>	<b>2026</b>	<b>14:00</b>
Prazo para impugnação/Esclarecimento	<b>05/06/2026</b>			
Data da publicação	<b>22/05/2026</b>			
Número da licitação no portal	<b>90011</b>			

**1.2.** Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

### **2- DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**2.1.** Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste pregão, por irregularidade na aplicação de Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, exclusivamente por meio eletrônico no site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) ou pelo e-mail: [licitacao@barradopirai.rj.gov.br](mailto:licitacao@barradopirai.rj.gov.br).

**2.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial e no site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**2.3.** O Pregoeiro, auxiliado do setor técnico responsável pela elaboração do edital e seus anexos, decidirá sobre a impugnação do certame.



2.4. Acolhida a impugnação do certame, será designada nova data para sua realização, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

### 3- DO OBJETO

3.1 Provável Contratação de empresa especializada para a execução integrada de serviços de castração (esterilização cirúrgica) de cães e gatos, com microchipagem, realização de exames pré-operatórios no próprio Castramóvel, disponibilização de medicamentos pós-cirúrgicos e suporte assistencial para intercorrências exclusivamente decorrentes dos procedimentos realizados, em apoio ao Programa Municipal de Saúde Animal.

### 4- LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1 Os serviços deverão ser realizados no distrito Sede e demais distritos do município de Barra do Piraí - RJ.

4.2. O serviço deverá ser executado exatamente como descrito nos documentos preparatórios, Estudo técnico Preliminar e Termo de Referência.

### 5- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 Estima-se o valor total em **R\$ 852.960,00 (oitocentos e cinquenta e dois reais novecentos e sessenta).**

5.2 Os recursos necessários para contratação correrão pela seguinte dotação:

SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS
<b>SEC. BEM ESTAR ANIMAL</b>	<b>20.26.18.541.1025.8011</b>	<b>3.3.90.39.00</b>	<b>1500</b>

### 6 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar do presente pregão eletrônico as empresas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado e atender todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante neste **Edital e seus Anexos** e estiver **devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema**, através do site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

6.2 Não poderão participar deste pregão:

6.2.1. Impedidos de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Barra do Piraí, nos termos do art. 156, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

**6.2.2.** Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

**6.2.3.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

**6.2.4.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**6.2.5.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**6.2.6.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**6.2.7.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

**6.2.8.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

## **7. CREDENCIAMENTO**

**7.1.** Para participar do pregão o licitante deverá se credenciar até o horário fixado no **tópico 1.1.1** deste edital no Sistema “**PREGÃO ELETRÔNICO**” através do site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

**7.1.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema eletrônico.

**7.1.2.** O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**7.2.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do



licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Barra do Piraí, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

## **8- ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**8.1.** A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente **encaminhamento da proposta de preços, contendo marca do produto, valor unitário e valor total, por item e demais informações necessárias.**

**8.2.** A quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida, consta no Termo de Referência, parte integrante deste edital.

**8.3.** Na formulação da proposta o licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela, consta no Termo de Referência, parte integrante deste edital.

**8.4.** A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.**

**8.5.** As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

**8.6.** Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**8.7.** O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

**8.8.** A cotação de preços englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

**8.9.** Poderá o Agente de Contratação convocar mais de uma empresa por vez, para apresentar sua proposta e prova de exequibilidade, quando os preços ofertados apresentarem indícios de inexequibilidade, afim de dar celeridade ao andamento do certame.

**8.10.** Será exigido, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, na forma do Art. 58 e parágrafos da LF 14133/2021.



**8.10.11** A garantia de proposta será de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, que corresponde **R\$ 852.960,00 (oitocentos e cinquenta e dois reais novecentos e sessenta).**

**8.10.2** A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

**8.10.3** Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

**8.10.4** A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o **§ 1º do art. 96 da Lei 14133/2021.**

**8.10.5** A fim de garantir que as normas da SUSEP e do BACEN sejam observadas por eventuais entidades securitárias e financeiras, as licitantes que utilizarem os métodos fiscalizados pelas respectivas entidades deverão instruir sua documentação anexa às planilhas e documentos que seguem anexos à proposta.

**8.10.6** As licitantes poderão, ainda, encaminhar o instrumento de garantia de forma antecipada a fim de obter validação da CPL a fim de prevenir eventuais decisões de impossibilidade de participação, tratando-se de medida preventiva que atende ao pressuposto de ampliação da disputa e racionalização do rito processual.

## **9 – ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**9.1.** A abertura da sessão pública deste pregão, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no Site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

**9.2.** Ocorrendo **Ponto Facultativo ou outro fato superveniente de caráter público**, que impeçam a realização deste certame na data marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

**9.3.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**9.4.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.



## **10- FORMULAÇÃO E ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES**

**10.1.** Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

**10.2.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR GLOBAL**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

**10.3.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, será de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)** que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

**10.4.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último ofertado por ele próprio e registrado no sistema eletrônico, **respeitado o intervalo mínimo de diferença de percentual entre os lances (caso informado)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

**10.5.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa aberto**.

**10.6.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**10.7.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10(dez) minutos** a Sessão do Pregão Eletrônico poderá ser suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

**10.8.** No caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios elencados no artigo 60, da Lei 14133/21.

## **11. DO BENEFÍCIO ÀS ME/EPP**

**11.1.** A obtenção de **benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006** fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação.

**11.1.1.** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta

mais bem classificada, se procederá da forma indicada abaixo.

**11.1.2.** Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a)** a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de **05 (cinco) minutos**, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;
- b)** caso a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que se apresente neste caso, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito;
- c)** na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada.

**11.2.** Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

**11.3** As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**11.4** Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e Trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

**11.5** O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.





## **12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA NEGOCIAÇÃO**

**12.1.** O julgamento obedecerá ao critério de **menor preço GLOBAL**.

**12.2.** Definido o resultado do julgamento, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, observados o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

**12.3.** A negociação a que se refere o caput deste artigo deverá ser feita com os demais licitantes classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

**12.4.** Se a proposta/lance de menor preço for superior à do orçamento estimativo e se houver indícios de que se encontra dentro dos valores praticados no mercado, excepcionalmente o pregoeiro poderá suspender a sessão pública do pregão para a realização de nova pesquisa de mercado.

**12.5.** A nova pesquisa de mercado será submetida ao pregoeiro, o qual decidirá fundamentadamente em:

**12.5.1** Retornar à sessão mantendo-se incólumes os atos praticados, se considerar que a nova pesquisa de preços não destoou dos valores anteriormente informados na pesquisa de preços, mantendo a recusa das propostas; ou

**12.5.2** Submeter o resultado da pesquisa à Autoridade Competente para que este decida sobre a possibilidade de aceitação de proposta(s) com base na nova pesquisa de preços efetuada, se considerar que, de fato, houve elevação superveniente dos preços.

**12.6.** Obtida a autorização tratada no subitem anterior, o pregoeiro retornará à sessão pública para efetuar nova negociação com o licitante mais bem classificado.

**12.7.** Serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima do estimativo, considerando a nova pesquisa de mercado constante no tópico 12.4, caso seja realizada.

**12.8.** As propostas com valor inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do preço estimado deverão ser enviadas contendo anexo explicativo a fim de comprovar a exequibilidade, sendo necessária a instrução do documento com provas sobre sua higidez e regularidade, compreendendo-se como diligência previamente comunicada, o que se pauta no juízo de emergência e extrema relevância no andamento ágil e racionalizado deste certame, sob pena de desclassificação.



**12.9.** As propostas deverão contemplar todos os itens, sob pena de desclassificação.

**12.10.** A desclassificação relativa a preços irrisórios, zerados, superiores ao estimado ou contendo quaisquer vícios insanáveis será verificada em relação ao valor global e em razão de cada custo unitário, haja vista a prevalência de preços unitários que influenciarão as medições mensais, eventuais readequações, repactuações e reajustes.

### **13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**13.1.** Encerrada a etapa competitiva de lances, exercido o direito de preferência e concluída a negociação, o pregoeiro iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da marca e modelo informados com as exigências contidas neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação.

**13.2.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às demais condições estabelecidas neste edital e anexos.

**13.3.** A verificação de conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

**13.4.** Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes, e, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e demais membros da Comissão.

**13.5.** A critério do pregoeiro, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

### **14. DA VISTORIA**

**14.1.** Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, o licitante poderá realizar vistoria prévia do local de execução, para o pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado ou declaração atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, com base no art. 63, §§2 e 3º e 67, VI da Lei nº 14.133/21.

**14.2** Os licitantes que optarem por realizar a vistoria prévia deverão solicitar o agendamento através da Secretaria Municipal de Bem Estar Animal, e-mail: [bemestaranimal@barradopirai.rj.gov.br](mailto:bemestaranimal@barradopirai.rj.gov.br)- telefone: 0800 202 1999 ramal 4096. A vistoria prévia deverá ser realizada até 24 horas antes da data de realização da licitação, durante o horário de 08 às 16h.

**14.3** A vistoria deverá ser realizada por representante legal da empresa regularmente constituída ou procurador habilitado para tanto, ambos com apresentação de Contrato social, identidade e procuração, se necessário.

14.4 Os licitantes que optarem por não realizar a vistoria prévia deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

## **15. DA HABILITAÇÃO**

15.1 Os licitantes vencedores deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação:

### **15.1.1 Habilitação Jurídica:**

15.1.1.1 Para fins de **comprovação da habilitação jurídica**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

g) no caso de exercício de atividade: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do art. 66 da Lei 14.133/21.

h) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.



i) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

j) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

**15.1.1.2** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **15.1.2 Qualificação Técnica**

**15.1.2.1** Para fins de **comprovação da qualificação técnica**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- b) A contratada deverá apresentar, comprovante de inscrição e regularidade no Conselho Profissional competente (CRMV);
- c) A contratada deverá apresentar, Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto, em quantitativo mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) do previsto para a contratação
- d) A contratada deverá apresentar a comprovação da experiência mínima de 2 (dois) anos na prestação de serviços na área veterinária em castramóvel, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.
- e) A contratada deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, equipe técnica conforme discriminado no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, disponíveis para início imediato, devidamente registrados Conselho profissional competente.
- f) A contratada deverá apresentar, Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS, específico da unidade móvel.



- g) A contratada deverá apresentar, Licença Sanitária ou Alvará Sanitário da Unidade Móvel (Castramóvel);
- h) A contratada deverá apresentar, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART / Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, junto ao CRMV, referente aos serviços prestados na unidade móvel;
- i) A contratada deverá apresentar, Certificado de Dedetização, Desinsetização e Desratização, dentro do prazo de validade;
- j) A contratada deverá apresentar, certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV (Castramóvel);
- k) A contratada deverá apresentar, Projeto Técnico da Unidade Móvel (Castramóvel), contendo descrição da estrutura física, layout, fluxos operacionais e capacidade de atendimento;
- l) A contratada deverá apresentar, Memorial Descritivo Técnico, contendo especificação dos equipamentos, materiais, protocolos cirúrgicos, anestésicos e normas de biossegurança.
- m) A contratada deverá apresentar, Relação Nominal da Equipe Técnica, com indicação das funções exercidas e respectivos registros profissionais.
- n) Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, com base no art. 63, §§2 e 3º e 67, VI da Lei nº 14.133/21.

### **15.1.3 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

**15.1.3.1** Para fins de **comprovação da regularidade fiscal e trabalhista**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

**c.1)** Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

**c.2)** Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

**c.3)** Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

#### **15.1.4 Habilitação Econômico-Financeira:**

**15.1.4.1** Para fins de **comprovação da Habilitação Econômico-financeira**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**a) Certidões negativas de falências** expedidas pelos distribuidores da sede do licitante.

**b) Em se tratando de Certidões Negativas de Falências** expedidas pelos distribuidores do Estado do Rio de Janeiro, deverão constar informações referente a **Falências**, conforme modelo de certidões (cíveis ou especiais), **modelo fazendário não atende**.

**c) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;**



d) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

e) Os documentos referidos na alínea “c” do tópico 15.1.4.1 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

f) comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

g) As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 02(dois) por cento do valor total estimado da contratação ou do item pertinente., consoante art. 69, § 4º da Lei nº 14.133 de 2021.

h) No caso de consórcio, será exigido um acréscimo de 10(dez) por cento sobre o valor exigido de licitante individual, para a habilitação econômico-financeira, com exceção dos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas.

**15.1.5 A empresa vencedora do certame terá o prazo de até 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, à critério da Administração, **para anexar ao site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) a proposta realinhada, sob pena de desclassificação, e os documentos exigidos para habilitação, sob pena de inabilitação, independente do seu cadastramento via SICAF.**

*15.1.5.3 A documentação anexada ao site, deverá ter sua validade abrangente a data da licitação.*

*15.1.5.4 Para fins de utilização do artigo 64 e seus incisos, será formalizado diligência junto ao*



*site.*

**15.1.6** A prorrogação de que trata o **item 15.1.5**, deverá ser solicitada via chat do sistema [comprasnet.gov.br](http://comprasnet.gov.br) e a mesma será analisada pela administração.

**15.1.7** O **Pregoeiro** poderá solicitar, a apresentação do original dos documentos ou declaração de autenticidade por advogado, para conferência de autenticidade das cópias.

## **16 Documentação Complementar**

**16.1** Declaração do licitante de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de dezoito anos, desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesesseis anos, na forma do artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

**16.2** Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**16.3** Declarações de Inexistência de Penalidade e de Requisitos de Habilitação.

**16.4** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

**16.5** Em relação às microempresas e às empresas de pequeno porte, declaração de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme artigo quarto parágrafo segundo da Lei 14133/2022.

## **17. DOS RECURSOS**

**17.1.** Caberá recurso em face de:

**17.1.1** julgamento das propostas;

**17.1.2** ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

**17.1.3** anulação ou revogação da licitação.

**17.2.** Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:

**17.2.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o





prazo para apresentação das razões recursais de 3 (três) dias úteis será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n. 14.133/2021, da ata de julgamento;

**17.2.2.** A apreciação se dará em fase única.

**17.2.3.** Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá prazo, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recurso.

**17.2.4.** A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

**17.2.5.** Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação do licitante, ou baseada em fatos genéricos.

**17.2.6.** O pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema eletrônico.

**17.2.7.** O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr a partir do término do prazo do recorrente.

**17.2.8.** Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do encerramento da fase de lances.

**17.2.9.** O recurso será dirigido ao Pregoeiro que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**17.2.10.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

## **18- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**18.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado a **Autoridade Superior** que irá adjudicar o objeto e homologar a licitação.



**18.2** Uma vez o licitante vencedor convocado, por escrito, para assinatura do Contrato, o mesmo deverá ocorrer em até **05 (cinco) dias úteis**, podendo ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período a critério da administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**18.3** Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo estabelecido, poderá o Pregoeiro sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, examinar e negociar as ofertas subsequentes, bem como a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às condições propostas pelo licitante vencedor.

**18.4** Por ocasião da assinatura do instrumento contratual ou da emissão da nota de empenho, será verificado se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

## **19- DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**19.1** A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

**19.2** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em 12(doze) meses, em conformidade com as disposições do termo de Referência.

## **20- DA GARANTIA**

**20.1** Não Será exigida garantia de execução contratual.

## **21 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**21.1** A **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA**, mediante adimplemento do cumprimento com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo (s) agente (s) competente (s) e diretamente na conta corrente: nº xxxx, agência: xxxxx, banco: xxxxx, de titularidade da **CONTRATADA**.

**21.2** A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal/fatura, para pagamento a **Prefeitura Municipal de Barra do Piraí**, acompanhada da documentação de comprovação de Regularidade Fiscal.

**21.3** O prazo para pagamento será em até **30 (trinta) dias**, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela, com o devido atesto da(s) Nota(s) Fiscal (ais).

**21.4** Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).



**21.5** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de **30 (trinta) dias** ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**21.6** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA ou outro que substitua** e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

**21.7** A forma de pagamento será **conforme termo de referência**.

**21.8** O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

**21.9** O reajuste será conforme especificado nas cláusulas contratuais, com data base vinculada à data do orçamento estimado, adotando como base o **índice do IPCA ou outro que substitua**, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

**21.10** O imposto sobre a renda retido na forma estabelecida pelo artigo 2º-A, da Instrução Normativa RFB nº 2145 de 26 de junho de 2023 e Decreto Municipal nº 525 de 13/09/2023, deverá ser recolhido, pelo Órgão ou Entidade que efetuar a retenção, a conta do respectivo ente federativo, observado no artigo 7º da IN RFB nº 2145/2023.

## **22 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

**22.1** O licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.

**22.2** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**22.3** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 30 % (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas do subitem 21.1, consoante ao art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/21;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 21.1 letras b, c, d, e, f, g, deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 21.1 letras h, i, j, k, l, bem como nas infrações dos subitens 21.1 letras b até g que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

**22.4** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;



- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**22.5** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**22.6** A aplicação das sanções previstas neste Edital, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**22.7** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**22.8** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**22.9** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**22.10** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**22.11** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**22.12** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos deste edital.

## **23 ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL**

**23.1** O objeto do contrato será recebido:



## **I - em se tratando de compras:**

**a) provisoriamente**, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, em até **15 (quinze dias)**;

**b) definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a **90 (noventa) dias**.

## **24 DA SUBCONTRATAÇÃO**

**24.1** Na execução do contrato, oriundos das atas de registro de preços, e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

**a)** O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

**b)** Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

## **25 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**25.1** Compete à autoridade superior anular este pregão por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

**25.2** Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

**25.3** É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

**25.4** No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e sua validade jurídica, mediante



despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhe validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**25.5** Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste edital, prevalecerão as últimas.

**25.6** Este pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do Município de Barra do Piraí/RJ.

**25.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, será excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, e serão considerados os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

**25.8** Só se iniciam e vencem os prazos referidos nesta licitação em dia de expediente no Município de Barra do Piraí/RJ, portanto serão prorrogados até o próximo dia útil os prazos que vencerem durante o recesso forense.

**25.9** Durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

**25.10** Acompanham este edital os seguintes anexos:

- ANEXO -** Estudo Técnico Preliminar;
- ANEXO -** Análise de Risco;
- ANEXO -** Termo de Referência;
- ANEXO -** Modelo de Proposta de Preços;
- ANEXO -** Minuta de Contrato;
- ANEXO -** Modelo de Declaração de Trabalho de Menores;
- ANEXO -** Modelo de Declaração de Custos Trabalhista;
- ANEXO -** Modelo de Declaração de Inexistência de Penalidade;
- ANEXO -** Modelo de Declaração de Requisitos de Habilitação;
- ANEXO -** Modelo de Declaração Reserva de Cargos;
- ANEXO -** Modelo de Declaração Benefícios art. 42 a 49 da Lei C. 123/2006;
- ANEXO -** Tabela de Preços Unitários (estimados).

**25.11** No caso da sessão do pregão vir a ser, excepcionalmente, suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, ela será remarcada para prosseguimento dos trabalhos, para o próximo dia útil.

**25.12** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.





**25.13** Os casos omissos serão resolvidos pela Autoridade Superior, com o auxílio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.

## **26 - DO FORO**

**26.1.** O foro da **Comarca do Município de Barra do Piraí-RJ** é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Barra do Piraí/RJ, 08 de julho de 2025

---

Lucas Latini



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO**

### **I. INTRODUÇÃO**

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade subsidiar a Administração Pública Municipal de Barra do Piraí/RJ na avaliação da necessidade e na definição da melhor solução para a contratação de serviços voltados à implementação do Programa Municipal de Saúde Animal.

O objeto da futura contratação compreende a execução de serviços de castração (esterilização cirúrgica) de cães e gatos, com a respectiva microchipagem dos animais.

Este ETP apresenta os fundamentos técnicos, operacionais, econômicos e jurídicos que demonstram a necessidade da contratação, a viabilidade da solução proposta, sua adequação às finalidades institucionais do Município e sua compatibilidade com o interesse público, nos termos da legislação vigente aplicável às contratações públicas.

### **II. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso I, da Lei 14.133/2021)**

A Administração Pública Municipal de Barra do Piraí/RJ enfrenta, de forma contínua, a necessidade de adotar medidas eficazes para o controle populacional de cães e gatos, bem como para a promoção da saúde animal, da saúde pública e do equilíbrio ambiental. O crescimento desordenado da população de animais domésticos, aliado ao abandono e à reprodução indiscriminada, gera impactos negativos relevantes, tais como o aumento do número de animais em situação de rua, a disseminação de zoonoses, riscos à saúde da população, sobrecarga dos serviços públicos e prejuízos ao bem-estar animal.

Nesse contexto, a castração cirúrgica associada à microchipagem constitui-se como a estratégia mais eficaz, ética e recomendada por órgãos técnicos e sanitários para o controle populacional de cães e gatos, permitindo não apenas a redução progressiva da reprodução, mas também a identificação individual dos animais, o fortalecimento das políticas públicas de guarda responsável e o apoio às ações de fiscalização e monitoramento.



Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para assegurar a continuidade e a ampliação das ações de controle populacional e educação socioambiental, garantindo atendimento adequado à demanda existente, mitigando riscos à saúde pública, promovendo o bem-estar animal e atendendo ao interesse público, em consonância com as políticas públicas municipais e a legislação vigente.

**III. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL** (Art. 18, §1º, inciso II, da Lei 14.133/2021)

Há previsão desta contratação no Plano de Contratações Anuais - PCA?

( x ) SIM

( ) NÃO

Item do PCA
20.26.541.1025.8011 – 3.3.90.39.00 – Recurso - 1500

**IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** (Art. 18, §1º, inciso III, da Lei 14.133/2021)

**a) DISPONIBILIZAR UNIDADE MÓVEL DE CASTRAÇÃO (CASTRAMÓVEL):**

A empresa contratada deverá disponibilizar 1 (uma) unidade móvel de castração (Castramóvel), devidamente regularizada, equipada e em plenas condições operacionais, a qual será a estrutura exclusiva para a realização dos procedimentos cirúrgicos de esterilização de cães e gatos no âmbito deste contrato. As castrações deverão ser realizadas unicamente no Castramóvel da empresa, que percorrerá diversos bairros do Município, conforme cronograma previamente definido, assegurando ampla cobertura territorial, descentralização dos atendimentos e maior efetividade das ações de controle populacional animal, permanecendo o Castramóvel pertencente ao Município disponível exclusivamente para apoio operacional, quando necessário.

Para a adequada execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar equipe mínima composta por:

01 (um) médico-veterinário cirurgião, 01 (um) médico-veterinário anestesta, 03 (três) médicos-veterinários para realização de exames clínicos, triagem e exames laboratoriais in loco (hemograma), além de equipe administrativa, equipe de limpeza e responsável técnico formalmente



designado, todos devidamente habilitados e registrados no CRMV, em quantitativo compatível com a capacidade operacional da unidade móvel e a demanda assistencial.

O Castramóvel deverá atender integralmente às exigências legais, sanitárias e profissionais vigentes, devendo a empresa comprovar sua regularidade mediante apresentação de: Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS); Licença ou Alvará Sanitário da Unidade Móvel; Licenciamento Sanitário do Veículo, quando exigido; Anotação ou Termo de Responsabilidade Técnica junto ao CRMV; Certificado de Dedetização e Desratização válido; CRLV do veículo; Projeto Técnico do Castramóvel, contendo descrição da estrutura, layout interno, fluxos de atendimento e capacidade operacional; Memorial Descritivo com detalhamento de equipamentos, materiais, protocolos cirúrgicos, anestésicos e normas de biossegurança; e relação nominal da equipe técnica com respectivas funções e registros profissionais.

Deverão ser realizados, no ato do atendimento e previamente ao procedimento cirúrgico, os exames pré-operatórios necessários à avaliação das condições clínicas do animal, visando atestar sua aptidão para a realização segura da cirurgia, conforme critérios técnico-veterinários.

O Castramóvel deverá ser mantido permanentemente em adequadas condições de manutenção, limpeza e higienização, garantindo o pleno e seguro funcionamento dos serviços, devendo a unidade móvel estar devidamente equipada, no mínimo, com: balança para pesagem de animais; suporte para soluções destinadas à fluidoterapia; AMBU; medicamentos para atendimento de emergências (reações alérgicas, intercorrências cardiorrespiratórias e hemorrágicas); cilindro de oxigênio e sondas endotraqueais; equipamentos para esterilização de materiais; mobiliário compatível com procedimentos de castração de cães e gatos; materiais adequados para o descarte de resíduos; e gaiolas individuais, em quantidade e dimensões compatíveis, para acomodação dos animais no pré e pós-operatório.

O Castramóvel deverá dispor de centro cirúrgico compatível com a demanda dos atendimentos e espaço físico suficiente para a livre e segura movimentação da equipe, devendo estar equipado com mobiliário apropriado, sistema de anestesia inalatória portátil para administração de agentes anestésicos voláteis, com ventilação manual ou espontânea, equipamento de monitorização anestésica contendo, no mínimo, aferição de temperatura corporal, oximetria de pulso, pressão arterial não invasiva e eletrocardiograma, bem como sistemas adequados de provisão de oxigênio e



de ventilação mecânica para o período pós-operatório, além de equipamentos destinados à realização imediata de exames pré-operatórios no próprio local de atendimento.

Para a perfeita execução dos serviços, deverão ser disponibilizados todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades suficientes e com qualidade compatível com as especificações estabelecidas, assegurando-se sua reposição, substituição ou manutenção sempre que necessário, de modo a não comprometer a continuidade e a qualidade dos serviços.

Caberá exclusivamente à empresa contratada a guarda, custódia, conservação, manutenção preventiva e corretiva, bem como todos os custos e despesas relacionados ao seu Castramóvel próprio, incluindo veículo, equipamentos embarcados, sistemas internos e condições sanitárias.

O Castramóvel, deverá estar devidamente adesivado, contendo as logomarcas institucionais e demais informações obrigatórias e necessárias à adequada identificação visual do serviço, conforme padrão a ser definido pela Administração

O motorista contratado pela empresa, deverá apresentar-se devidamente habilitado, portando Carteira Nacional de Habilitação válida, atualizada e compatível com a categoria do veículo, bem como comprovar a regularidade dos exames médicos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito vigente.

Justifica-se a utilização do Castramóvel pertencente ao Município como apoio operacional, uma vez que, embora o Município disponha de unidade móvel própria, esta não possui equipe técnica e operacional suficiente para funcionamento contínuo e pleno, tampouco capacidade para absorver integralmente a demanda existente por procedimentos de castração.

Ressalta-se que a demanda municipal é superior à capacidade operacional atualmente disponível, de modo que a atuação exclusiva do Castramóvel municipal revela-se insuficiente para atender, de forma tempestiva e eficaz, às necessidades da população e às políticas públicas de controle populacional de animais.

Nesse contexto, a utilização do Castramóvel como apoio operacional, associada à contratação de empresa especializada, mostra-se medida necessária e proporcional, assegurando a ampliação da



capacidade de atendimento, a continuidade dos serviços e a efetividade do interesse público, sem prejuízo de que todas as despesas de manutenção, conservação e demais custos do referido equipamento permaneçam integralmente sob responsabilidade do Município, não gerando qualquer ônus à empresa contratada.

**b) CLÍNICA VETERINÁRIA DE RETAGUARDA PARA SUPORTE PÓS-OPERATÓRIO:**

A execução das cirurgias de castração de cães e gatos, machos ou fêmeas, dar-se-á exclusivamente em unidade móvel do tipo Castramóvel, em conformidade com as normas técnicas, sanitárias e legais vigentes, não havendo previsão de realização de procedimentos cirúrgicos em clínica fixa.

As intercorrências exclusivamente pós-operatórias, direta e comprovadamente relacionadas aos procedimentos cirúrgicos realizados na unidade móvel, deverão seguir, obrigatoriamente, o fluxo assistencial estabelecido nesta cláusula, ficando expressamente excluídos atendimentos decorrentes de causas clínicas, traumáticas ou patológicas não vinculadas ao ato cirúrgico.

Enquanto a unidade móvel permanecer em operação no bairro onde foi realizado o procedimento, as intercorrências pós-operatórias deverão ser encaminhadas, preferencialmente, à própria unidade móvel, para avaliação clínica inicial, adoção de condutas imediatas e tentativa de resolução do caso.

Na hipótese de necessidade de atendimento imediato, quando a unidade móvel não mais se encontrar em operação no bairro, deverá ser assegurada, pela empresa contratada, a existência de clínica veterinária de retaguarda, devidamente habilitada, localizada em um raio máximo de até 50 (cinquenta) quilômetros do território municipal, dotada de infraestrutura mínima necessária à prestação de assistência emergencial.

A contratada poderá encaminhar os atendimentos emergenciais, para clínica veterinária situada no próprio Município exclusivamente nos dias e horários em que a clínica de retaguarda indicada não estiver em funcionamento, incluindo períodos noturnos, finais de semana e feriados.



Nessas hipóteses, todas as despesas decorrentes do atendimento veterinário serão de inteira e exclusiva responsabilidade da empresa contratada, cabendo ao responsável legal pelo animal a responsabilidade integral pelo seu transporte até a unidade de atendimento indicada, não gerando qualquer ônus financeiro, direto ou indireto, à Administração Pública Municipal.

Fica expressamente estabelecida a obrigatoriedade de manutenção de retaguarda clínica fixa, tecnicamente estruturada e apta a receber animais que apresentem, exclusivamente, as seguintes intercorrências pós-cirúrgicas: reações anestésicas, hemorragias decorrentes do procedimento de castração, deiscência de sutura, ou outras situações direta e comprovadamente vinculadas ao ato cirúrgico, que demandem avaliação clínica imediata, realização de exames complementares, internação ou intervenções terapêuticas adicionais.

O acionamento do fluxo assistencial dar-se-á por intermédio da Secretaria Municipal de Bem Estar Animal, responsável pela articulação institucional entre os entes envolvidos.

**c) FORNECIMENTO DE MEDICAÇÃO PÓS-OPERATÓRIA IMEDIATA:**

A empresa contratada deverá disponibilizar os medicamentos pós-operatórios que forem previamente avaliados, indicados e liberados pela equipe técnica responsável pelo projeto, sendo a dispensação realizada exclusivamente após a conclusão do ato cirúrgico, conforme prescrição do médico-veterinário responsável.

O fornecimento deverá observar os protocolos assistenciais e as diretrizes sanitárias vigentes, de acordo com a disponibilidade dos medicamentos padronizados, limitando-se ao período de pós-operatório imediato, não abrangendo tratamentos prolongados, intercorrências clínicas posteriores ou situações decorrentes do uso inadequado ou do descumprimento das orientações fornecidas aos tutores.

Motivação: O fornecimento de medicação destinada ao pós-operatório imediato constitui medida relevante para a adequada recuperação dos animais submetidos aos procedimentos cirúrgicos de castração, contribuindo para a redução de complicações clínicas e para a preservação do bem-estar animal.

**d) INSERÇÃO DE MICROCHIP DE IDENTIFICAÇÃO:**





A contratada deverá proceder com a inserção de microchip eletrônico de identificação em todos os animais submetidos à castração. Essa medida, tem por finalidade assegurar a identificação individual, permanente e inequívoca dos cães e gatos atendidos pelo programa, possibilitando sua vinculação a cadastro administrativo e o fortalecimento das ações de controle populacional e de bem-estar animal no âmbito do Município.

O microchip deverá ser implantado após a realização do procedimento cirúrgico de castração, por profissional habilitado, utilizando tecnologia passiva de leitura eletrônica, sem sistema de rastreamento ou geolocalização, permitindo a leitura do código identificador exclusivamente por meio de equipamento apropriado.

A identificação eletrônica por microchip constitui método amplamente reconhecido como seguro e permanente, contribuindo para o aprimoramento das ações de vigilância e das campanhas futuras de saúde animal, bem como para a responsabilização legal dos tutores em situações de abandono ou maus-tratos, na medida em que permite a identificação do animal quando submetido à leitura eletrônica e à consulta do cadastro correspondente, em consonância com o art. 32 da Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais).

O nanochip (microchip animal) deverá ser fornecido pela contratada, esterilizado, embalado individualmente com aplicadores individuais e descartáveis, garantindo segurança, encapsulado em bio-vidro com revestimento antimigratório de Parylene C, inserido em agulha com bisel trifacetado, acompanhado de 8 etiquetas com códigos individuais para cada microchip, com dimensões aproximadas de 1,25 mm de diâmetro por 7 mm de comprimento, padrão FDX-B, frequência de 134,2 kHz, atendendo integralmente às normas internacionais ISO 11784, ISO 11785, ISO 14223 e NBR 14766.

#### **e) COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA EM PROGRAMAS DE CASTRAÇÃO:**

Será exigida da empresa participante a comprovação de experiência prévia na execução de programas e/ou ações voltadas à castração de cães e gatos, em âmbito municipal, estadual ou federal, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto licitado, em quantitativo mínimo equivalente a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo previsto para a contratação. nos termos do § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.



Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 2 (dois) anos na prestação de serviços na área veterinária em castramóvel, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

Motivação: Tal exigência tem por finalidade assegurar que a empresa contratada possua **capacidade técnica e operacional** para realizar, de forma **segura, eficiente e em larga escala**, os procedimentos de castração, considerando que a atividade envolve **logística específica, protocolos de biossegurança, controle anestésico e gestão de riscos sanitários**.

**f) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

A contratada deverá apresentar, comprovante de inscrição e regularidade no Conselho Profissional competente (CRMV);

A contratada deverá apresentar, Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto, em quantitativo mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) do previsto para a contratação.

A contratada deverá apresentar, deverá haver a comprovação da experiência mínima de 2 (dois) anos na prestação de serviços na área veterinária em castramóvel, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

A contratada deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, equipe técnica conforme discriminado no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, disponíveis para início imediato, devidamente registrados Conselho profissional competente.

A contratada deverá apresentar, Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS, específico da unidade móvel;

A contratada deverá apresentar, Licença Sanitária ou Alvará Sanitário da Unidade Móvel (Castramóvel);

A contratada deverá apresentar, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART / Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, junto ao CRMV, referente aos serviços prestados na unidade móvel;

A contratada deverá apresentar, Certificado de Dedetização, Desinsetização e Desratização, dentro do prazo de validade;



A contratada deverá apresentar, Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV (Castramóvel);

A contratada deverá apresentar, Projeto Técnico da Unidade Móvel (Castramóvel), contendo descrição da estrutura física, layout, fluxos operacionais e capacidade de atendimento;

A contratada deverá apresentar, Memorial Descritivo Técnico, contendo especificação dos equipamentos, materiais, protocolos cirúrgicos, anestésicos e normas de biossegurança;

A contratada deverá apresentar, Relação Nominal da Equipe Técnica, com indicação das funções exercidas e respectivos registros profissionais.

Não serão exigidos documentos juntamente com a proposta de preços.

Não será necessária apresentação de amostra e/ou demonstração dos objetos por parte da licitante vencedora provisória (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021).

O prazo de início do serviço é de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato pela empresa selecionada.

O objeto deverá ser executado de acordo com o cronograma de bairros a ser fornecido pela secretaria demandante, que poderá contemplar todos os bairros do Município.

Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, o licitante poderá realizar vistoria prévia do local de execução, para o pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado.

O agendamento deverá ser feito juntamente a Secretaria Municipal de Bem estar Animal, pelo e-mail [bemestaranimal@barradopirai.rj.gov.br](mailto:bemestaranimal@barradopirai.rj.gov.br) ou pelo telefone 08002021999 - ramal 4096.

Caso a licitante dispense a realização da vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico ou responsável legal da empresa acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme anexo.

A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

No caso de formalização, o prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos moldes do Art.107 da Lei 14133/2021.

O reajuste será conforme especificado nas cláusulas contratuais, com data base vinculada à data do orçamento estimado, adotando como base os índices INPC, IPCA ou IGPM, na forma que atender melhor a economicidade em favor do município em conformidade com a realidade de mercado dos

respectivos insumos

**V. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO** (Art. 18, §1º, inciso IV, da Lei 14.133/2021)

A estimativa das quantidades previstas no presente projeto foi definida a partir de criteriosa análise dos dados disponíveis, levando em consideração a população animal estimada no Município, o histórico de atendimentos realizados, a demanda reprimida registrada por procedimentos de castração e a identificação das áreas consideradas prioritárias para intervenção, especialmente aquelas com maior incidência de animais em situação de vulnerabilidade.

Com base nesse levantamento técnico, conduzido pela Secretaria Municipal de Bem-Estar Animal e devidamente formalizado e anexado aos autos do processo administrativo, projeta-se a realização de 1.777 (mil setecentos e setenta e sete) procedimentos cirúrgicos de esterilização, quantitativo este considerado adequado e proporcional para o atendimento parcial da demanda identificada, contribuindo para o controle populacional de animais, a redução de riscos sanitários e a promoção do bem-estar animal, em consonância com o interesse público e as políticas municipais vigentes.

**VI. LEVANTAMENTO DE MERCADO** (Art. 18, §1º, inciso V, da Lei 14.133/2021)

Para atendimento da necessidade administrativa relacionada à implementação do Programa Municipal de Saúde Animal, foram analisadas as alternativas disponíveis no mercado para a execução dos serviços de castração de cães e gatos, com microchipagem, considerando aspectos técnicos, operacionais, econômicos e de interesse público.

**Execução direta pelo Município (administração direta)**

A execução direta dos serviços exigiria a disponibilidade permanente de equipe veterinária especializada, aquisição de equipamentos cirúrgicos, insumos médicos, unidade móvel devidamente equipada, estrutura clínica de apoio, além de logística para deslocamento, guarda e manutenção dos veículos. Verificou-se que, apesar do Município não dispor de unidade de castramóvel e equipe técnica reduzida, a infraestrutura física e capacidade operacional não são suficientes para atender à



demanda de forma contínua e eficiente, sendo que o aumento dessa estrutura acarretaria elevados custos iniciais e recorrentes, além de riscos operacionais e administrativos. Dessa forma, tal alternativa mostrou-se tecnicamente inviável e economicamente desvantajosa.

### **Contratação exclusiva de clínicas veterinárias fixas**

A contratação restrita a clínicas veterinárias fixas implicaria, inevitavelmente, na centralização dos atendimentos em pontos específicos do Município, exigindo o deslocamento dos tutores e dos animais até locais determinados, o que, na prática, reduziria de forma significativa o alcance das ações pretendidas. Tal cenário impactaria de maneira mais severa as populações residentes em comunidades periféricas, zonas rurais e áreas de difícil acesso, justamente aquelas que concentram maior vulnerabilidade social e maior demanda por políticas públicas de controle populacional animal.

Ademais, essa alternativa acarretaria a imposição de custos indiretos à população usuária, tais como despesas com transporte e tempo de deslocamento, fatores que comprovadamente dificultam a adesão aos programas públicos de castração, comprometendo sua efetividade. Tal circunstância afrontaria, ainda, os princípios da universalidade, da equidade e do acesso igualitário aos serviços públicos, na medida em que criaria barreiras materiais ao usufruto da política pública por parcelas mais vulneráveis da população.

Sob o ponto de vista técnico-operacional e de gestão pública, a limitação aos atendimentos em clínicas fixas mostrou-se menos eficiente para a execução de programas de grande escala, uma vez que reduz a capilaridade do serviço, dificulta o planejamento territorializado das ações e compromete o alcance das metas estabelecidas, não se revelando, portanto, a alternativa mais adequada para atender ao interesse público envolvido.

### **Contratação exclusiva de unidade móvel (castramóvel)**

A utilização exclusiva de unidade móvel apresenta, de fato, vantagens logísticas relevantes, especialmente no que se refere à ampliação do alcance territorial e à descentralização dos atendimentos. Todavia, quando adotada de forma isolada, essa modalidade pode expor o programa



a riscos operacionais significativos, notadamente pela inexistência de retaguarda clínica fixa e devidamente estruturada para o atendimento de eventuais intercorrências pré, trans e pós-operatórias.

A ausência dessa retaguarda compromete a capacidade de resposta imediata a situações que demandem suporte clínico especializado, internação, monitoramento contínuo ou intervenções emergenciais, o que pode impactar negativamente a segurança dos procedimentos realizados, o bem-estar animal e a eficácia das ações sanitárias desenvolvidas.

Nesse sentido, sob a ótica técnico-operacional e de gestão do risco, a adoção exclusiva de unidade móvel revela-se uma solução incompleta e potencialmente vulnerável, não sendo suficiente, por si só, para assegurar a integralidade, a segurança e a efetividade do serviço público de castração em larga escala, exigindo, portanto, a complementação por estrutura clínica de apoio adequada.

### **Contratação de solução integrada (modelo híbrido)**

A solução integrada, consistente na contratação de empresa especializada que disponha de unidade móvel própria devidamente equipada, atue de forma articulada com a unidade móvel pertencente ao Município, possua estrutura clínica fixa de apoio para atendimento de intercorrências pré, trans e pós-operatórias, bem como execute ações educativas por meio de equipe técnica qualificada e materiais próprios, revelou-se a alternativa mais adequada e eficiente sob os aspectos técnico, operacional, sanitário e econômico.

Tal modelo possibilita a ampliação significativa da capacidade de atendimento, a efetiva descentralização dos serviços e a racionalização do uso dos recursos públicos já disponíveis, ao mesmo tempo em que mitiga riscos assistenciais e operacionais, assegura maior segurança aos procedimentos realizados e promove a continuidade e a regularidade da prestação do serviço. A atuação integrada das unidades móveis e da estrutura clínica de apoio permite maior capilaridade territorial, melhor planejamento das ações e resposta adequada a eventuais intercorrências, garantindo padrões elevados de qualidade técnica e bem-estar animal.

Sob a perspectiva econômico-financeira, a solução integrada mostra-se vantajosa ao reduzir a



necessidade de novos investimentos estruturais por parte do Município, transferindo à contratada a responsabilidade pela disponibilização de equipamentos, insumos, equipe especializada e logística operacional. Essa configuração otimiza o custo-benefício da contratação, promove o uso eficiente dos recursos públicos e preserva a competitividade do certame, sem prejuízo da ampla participação de interessados e da observância aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

### **Conclusão da análise de mercado**

Dentre as alternativas analisadas, conclui-se que a contratação de solução integrada, a ser executada por empresa especializada, é a que melhor se adequa às necessidades da Administração Pública, por reunir, de forma concomitante, maior eficiência operacional, segurança técnica e sanitária, viabilidade econômico-financeira e elevada capacidade de atendimento. Tal modelo assegura a adequada execução das ações planejadas, a mitigação de riscos assistenciais e operacionais, bem como a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

A solução adotada demonstra plena aderência às políticas públicas municipais de saúde animal, saúde pública e educação socioambiental, contribuindo para o controle populacional ético de animais, a redução de riscos sanitários e a promoção do bem-estar animal, em consonância com as diretrizes de interesse coletivo.

Nesse contexto, verifica-se que a alternativa escolhida encontra respaldo nas práticas consolidadas de mercado, mostra-se proporcional à complexidade e à abrangência do objeto contratado e revela-se alinhada ao interesse público, atendendo integralmente ao disposto no art. 18, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, ao demonstrar, de forma motivada, a adequação da solução frente às necessidades administrativas e aos objetivos da contratação.

### **VII. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso VI, da Lei 14.133/2021)**

A estimativa preliminar de custos foi elaborada após pesquisa de mercado. Para fins demonstrativos, consideram-se as seguintes quantidades:





ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA PARA O ANO DE 2026	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Execução dos procedimentos clínicos, incluindo castrações de cães e gatos, exames hematológicos, microchipagem, fornecimento de medicação pós-operatória e atendimento itinerante por meio de Unidade Móvel (Castramóvel).	1.777	R\$ 464,75	R\$ 825.860,75

**VIII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO** (Art. 18, §1º, inciso VII, da Lei 14.133/2021)

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a execução integrada de serviços de castração (esterilização cirúrgica) de cães e gatos, com microchipagem, realização de exames pré-operatórios no próprio Castramóvel, disponibilização de medicamentos pós-cirúrgicos e suporte assistencial para intercorrências exclusivamente decorrentes dos procedimentos realizados, em apoio ao Programa Municipal de Saúde Animal.

Previamente à realização das cirurgias, os animais deverão ser submetidos a avaliação clínica



e exames pré-operatórios, realizados no próprio Castramóvel, conforme protocolos técnicos definidos pela equipe do projeto, como condição indispensável para a segurança anestésica e cirúrgica. A efetivação do procedimento ficará condicionada à liberação clínica do animal.

A execução das cirurgias de castração será realizada exclusivamente em unidade móvel do tipo Castramóvel de propriedade da empresa contratada, devidamente equipada e em conformidade com as normas técnicas, sanitárias e legais vigentes. O Castramóvel pertencente ao Município terá caráter estritamente complementar e de apoio operacional, não se constituindo como unidade principal de execução dos procedimentos cirúrgicos.

Não haverá realização de procedimentos cirúrgicos em clínica fixa, sendo todas as cirurgias efetuadas no Castramóvel da empresa, assegurando padronização técnica, controle sanitário, rastreabilidade dos procedimentos e plena responsabilização da contratada pela execução dos serviços.

A empresa contratada será responsável pela disponibilização dos medicamentos necessários ao pós-operatório imediato, conforme avaliação técnica prévia e prescrição realizada após o ato cirúrgico, com o objetivo de assegurar a adequada recuperação dos animais, a prevenção de infecções, o controle da dor e da inflamação e a preservação do bem-estar animal. O fornecimento de tais medicamentos observará critérios técnicos e poderá variar conforme a necessidade clínica individual, não havendo obrigatoriedade de disponibilização de fármacos além daqueles efetivamente indicados.

A solução contempla, ainda, a implantação de microchip em todos os animais castrados, como instrumento de identificação individual, organização cadastral e apoio às ações de vigilância, acompanhamento e responsabilização legal, contribuindo para a rastreabilidade dos animais atendidos e para o fortalecimento das políticas públicas de controle populacional e bem-estar animal.

A contratada deverá disponibilizar equipe técnica e operacional compatível com a complexidade e o volume dos serviços, composta por profissionais legalmente habilitados, incluindo médicos veterinários, auxiliares e demais profissionais necessários à execução segura dos procedimentos, bem como motorista para condução e operação da unidade móvel do Município, quando aplicável, garantindo a atuação integrada e contínua das equipes.

A empresa contratada será integralmente responsável pelo custeio de todos os equipamentos, instrumentos, insumos, medicamentos, materiais médico-veterinários e demais recursos necessários à execução dos serviços, bem como pela manutenção preventiva e corretiva de sua unidade móvel, dos equipamentos embarcados, dos sistemas de microchipagem e de registro de dados, assegurando

pleno funcionamento, higiene, segurança e integridade das informações durante toda a vigência contratual, sem qualquer ônus financeiro ao Município.

A existência de clínica veterinária fixa vinculada à empresa contratada terá caráter exclusivamente de retaguarda assistencial, destinada apenas ao atendimento de intercorrências pós-operatórias diretamente relacionadas aos procedimentos cirúrgicos realizados na unidade móvel, tais como reações anestésicas, infecção pós-operatória, deiscência de sutura ou outras situações comprovadamente decorrentes do ato cirúrgico, ficando expressamente excluídos atendimentos por causas clínicas, traumáticas ou patológicas não relacionadas à cirurgia.

Enquanto a unidade móvel permanecer em operação no bairro onde foi realizado o procedimento, as intercorrências pós-operatórias deverão ser encaminhadas, preferencialmente, à própria unidade móvel, para avaliação clínica inicial e adoção das condutas imediatas. Na hipótese de a unidade móvel não mais se encontrar em operação, deverá ser assegurada a existência de clínica veterinária de retaguarda devidamente habilitada, localizada em um raio máximo de até 50 (cinquenta) quilômetros do território municipal, sendo que o encaminhamento para clínica situada no próprio Município ocorrerá exclusivamente nos períodos em que a clínica de retaguarda indicada não estiver em funcionamento.

Nessas hipóteses, todas as despesas decorrentes do atendimento veterinário serão de inteira e exclusiva responsabilidade da empresa contratada, cabendo ao responsável legal pelo animal a responsabilidade integral pelo seu transporte até a unidade de atendimento indicada, não gerando qualquer ônus financeiro, direto ou indireto, à Administração Pública Municipal.

Dessa forma, a solução apresentada configura-se como completa, integrada e tecnicamente adequada, ao reunir capacidade operacional, segurança assistencial, rastreabilidade dos animais, responsabilidade integral da contratada quanto a insumos e medicamentos, e retaguarda clínica definida, assegurando a efetividade do Programa Municipal de Saúde Animal, em observância aos princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e do interesse público.

## **IX. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

**Fundamentação:** Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).

A contratação não deve ser parcelada, uma vez que o objeto apresenta natureza indivisível e requer



execução integrada. As atividades envolvidas como: triagem, exames pré-operatórios, cirurgia de esterilização, microchipagem, orientações técnicas, registros e logística operacional, constituem um conjunto funcional único, cuja eficácia depende da atuação coordenada de uma mesma equipe e da utilização da mesma Unidade Móvel.

O parcelamento se mostra inviável pelos seguintes motivos:

- a) exames, cirurgia e microchipagem são etapas sequenciais e interdependentes, devendo ser realizadas sob os mesmos protocolos e pela mesma equipe veterinária;
- b) a equipe técnica (médicos-veterinários, auxiliares, laboratoristas e apoio administrativo) precisa atuar de forma conjunta e padronizada para garantir segurança e rastreabilidade dos procedimentos;
- c) o deslocamento e a operação da Unidade Móvel (Castramóvel) integram todas as etapas, constituindo infraestrutura única que não pode ser fracionada;
- d) a separação das atividades comprometeria a continuidade do fluxo assistencial, aumentaria riscos sanitários e reduziria a eficiência operacional;
- e) a execução integrada é imprescindível para assegurar economicidade, padronização técnica e redução de custos logísticos ao Município.

Dessa forma, o objeto deve ser contratado em lote único, garantindo coerência técnica, eficiência, segurança sanitária e melhor resultado para a administração pública.

## **X. RESULTADOS PRETENDIDOS** (Art. 18, §1º, inciso IX, da Lei 14.133/2021)

Com a implementação da solução proposta, a Administração Municipal pretende promover a ampliação e o fortalecimento das políticas públicas de saúde animal, por meio da execução contínua e integrada dos serviços de castração e microchipagem de cães e gatos, contribuindo para a redução progressiva da superpopulação animal e, conseqüentemente, para a diminuição do abandono e de seus impactos sociais e sanitários. A adoção de procedimentos cirúrgicos seguros, aliada à existência de suporte pós-operatório adequado, visa assegurar a melhoria das condições de

saúde e bem-estar dos animais atendidos.

A atuação integrada das unidades móveis, próprias da contratada e/ou pertencentes ao Município, permitirá a descentralização dos atendimentos e a ampliação do alcance territorial das ações, garantindo maior equidade no acesso aos serviços, especialmente em comunidades periféricas, áreas rurais e regiões de difícil acesso. Tal modelo operacional contribui para a eficiência logística, a otimização dos recursos públicos e a ampliação da capacidade de atendimento.

Essa abordagem integrada, voltada exclusivamente à prestação dos serviços assistenciais, busca gerar efeitos duradouros, reduzir a reincidência dos problemas relacionados à superpopulação animal e mitigar riscos à saúde pública, especialmente no que se refere à prevenção de zoonoses, assegurando maior efetividade às políticas públicas municipais e melhor relação custo-benefício à Administração.

#### **XI. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (Art. 18, §1º, inciso X, da Lei 14.133/2021)**

Não será necessário providências prévias.

#### **XII. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Art. 18, §1º, inciso XI, da Lei 14.133/2021)**

Não se fazem necessárias contratações complementares ou acessórias para a plena execução do objeto, uma vez que todas as etapas operacionais, técnicas, educativas e logísticas serão integralmente atendidas pela contratada no escopo da contratação principal.

#### **XIII. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (Art. 18, §1º, inciso XII, da Lei 14.133/2021)**

A execução dos serviços de castração de cães e gatos, com microchipagem, apresenta impactos ambientais predominantemente positivos, na medida em que contribui para o controle populacional de animais domésticos e para a redução do abandono, mitigando efeitos negativos associados à superpopulação, como a degradação de áreas urbanas e rurais, a predação da fauna silvestre, a disseminação de resíduos e o aumento do risco de transmissão de zoonoses.

A redução gradual do número de animais errantes tende a diminuir a pressão sobre o meio ambiente urbano, especialmente no que se refere à disposição inadequada de resíduos orgânicos, à contaminação de solos e corpos hídricos e ao desequilíbrio ecológico decorrente da presença desordenada de animais em áreas sensíveis.



Por outro lado, os impactos ambientais negativos associados à execução do objeto são pontuais e controláveis, relacionados principalmente à geração de resíduos de serviços de saúde veterinária, tais como materiais perfurocortantes, resíduos biológicos e insumos descartáveis utilizados nos procedimentos cirúrgicos. Tais impactos serão mitigados mediante a exigência de manejo, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequados desses resíduos, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental vigente.

Assim, considerando-se a adoção de boas práticas operacionais e de gestão ambiental, conclui-se que os benefícios ambientais decorrentes da contratação superam significativamente os impactos adversos potenciais, caracterizando a solução proposta como ambientalmente adequada e compatível com os objetivos de sustentabilidade e proteção ambiental do Município.

#### **XIV. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO** (Art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021)

Diante do exposto, a contratação para execução do Projeto de Castração Itinerante é tecnicamente viável, juridicamente legítima e estrategicamente alinhada aos objetivos do município de controle populacional de animais e promoção de saúde pública.

Com base nos elementos do presente Estudo Técnico Preliminar, declara-se **VIÁVEL** a contratação proposta.



**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)**

1.1. Descrição do objeto:

1.2. Provável Contratação de empresa especializada para a execução integrada de serviços de castração (esterilização cirúrgica) de cães e gatos, com microchipagem, realização de exames pré-operatórios no próprio Castramóvel, disponibilização de medicamentos pós-cirúrgicos e suporte assistencial para intercorrências exclusivamente decorrentes dos procedimentos realizados, em apoio ao Programa Municipal de Saúde Animal.

1.3. Especificação do produto/quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE E ESTIMADA PARA O ANO DE 2026
1	Execução dos procedimentos clínicos, incluindo castrações de cães e gatos, exames hematológicos, microchipagem, fornecimento de medicação pós-operatória e atendimento itinerante por meio de Unidade Móvel (Castramóvel).	1777

**2. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)**

**2.1. Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21):**

2.2. A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

2.3. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos moldes do Art.107 da Lei 14133/2021.

**2.4. Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21):**

O reajuste será conforme especificado nas cláusulas contratuais, com data base vinculada à data do orçamento estimado, adotando como base os índices INPC, IPCA ou IGPM, na forma que atender melhor a economicidade em favor do município em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.





### **3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

#### **3.1. Interesse público:**

A Administração Pública Municipal de Barra do Piraí/RJ enfrenta, de forma contínua, a necessidade de adotar medidas eficazes para o controle populacional de cães e gatos, bem como para a Promoção da saúde animal, da saúde pública e do equilíbrio ambiental. O crescimento desordenado da população de animais domésticos, aliado ao abandono e à reprodução indiscriminada, gera impactos negativos relevantes, tais como o aumento do número de animais em situação de rua, a disseminação de zoonoses, riscos à saúde da população, sobrecarga dos serviços públicos e prejuízos ao bem-estar animal.

Nesse contexto, a castração cirúrgica associada à microchipagem constitui-se como a estratégia mais eficaz, ética e recomendada por órgãos técnicos e sanitários para o controle populacional de cães e gatos, permitindo não apenas a redução progressiva da reprodução, mas também a identificação individual dos animais, o fortalecimento das políticas públicas de guarda responsável e o apoio às ações de fiscalização e monitoramento.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para assegurar a continuidade e a ampliação das ações de controle populacional e educação socioambiental, garantindo atendimento adequado à demanda existente, mitigando riscos à saúde pública, promovendo o bem-estar animal e atendendo ao interesse público, em consonância com as políticas públicas municipais e a legislação vigente.

#### **3.2. Metodologia do quantitativo:**

Com base em levantamento técnico, conduzido pela Secretaria Municipal de Bem- Estar Animal e devidamente formalizado e anexado aos autos do processo administrativo, projeta-se a realização de 1.777 (mil setecentos e setenta e sete) procedimentos cirúrgicos de esterilização, quantitativo este considerado adequado e proporcional para o atendimento parcial da demanda identificada, contribuindo para o controle populacional de animais, a redução de riscos sanitários e a promoção do bem- estar animal, em consonância com o interesse público e as políticas municipais vigentes.

#### **3.3. Justificativa do Quantitativo solicitado:**

A estimativa das quantidades previstas no presente projeto foi definida a partir de criteriosa análise dos dados disponíveis, levando em consideração a população animal estimada no Município, o histórico de atendimentos realizados, a demanda reprimida registrada por procedimentos de castração e a identificação das áreas consideradas prioritárias para intervenção, especialmente aquelas com maior incidência de animais em situação de vulnerabilidade.

### **4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021)**

4.1. *Estudo Técnico Preliminar* em anexo (Conforme elementos constantes no art. 18, § 1º da Lei 14.133/21).

**5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021)**

5.1 A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a execução integrada de serviços de castração (esterilização cirúrgica) de cães e gatos, com microchipagem, realização de exames pré-operatórios no próprio Castramóvel, disponibilização de medicamentos pós-cirúrgicos e suporte assistencial para intercorrências exclusivamente decorrentes dos procedimentos realizados, em apoio ao Programa Municipal de Saúde Animal.

Previamente à realização das cirurgias, os animais deverão ser submetidos a avaliação clínica e exames pré-operatórios, realizados no próprio Castramóvel, conforme protocolos técnicos definidos pela equipe do projeto, como condição indispensável para a segurança anestésica e cirúrgica. A efetivação do procedimento ficará condicionada à liberação clínica do animal.

A execução das cirurgias de castração será realizada exclusivamente em unidade móvel do tipo Castramóvel de propriedade da empresa contratada, devidamente equipada e em conformidade com as normas técnicas, sanitárias e legais vigentes. O Castramóvel pertencente ao Município terá caráter estritamente complementar e de apoio operacional, não se constituindo como unidade principal de execução dos procedimentos cirúrgicos.

Não haverá realização de procedimentos cirúrgicos em clínica fixa, sendo todas as cirurgias efetuadas no Castramóvel da empresa, assegurando padronização técnica, controle sanitário, rastreabilidade dos procedimentos e plena responsabilização da contratada pela execução dos serviços.

A empresa contratada será responsável pela disponibilização dos medicamentos necessários ao pós-operatório imediato, conforme avaliação técnica prévia e prescrição realizada após o ato cirúrgico, com o objetivo de assegurar a adequada recuperação dos animais, a prevenção de infecções, o controle da dor e da inflamação e a preservação do bem-estar animal. O fornecimento de tais medicamentos observará critérios técnicos e poderá variar conforme a necessidade clínica individual, não havendo obrigatoriedade de disponibilização de fármacos além daqueles efetivamente indicados.

A solução contempla, ainda, a implantação de microchip em todos os animais castrados, como instrumento de identificação individual, organização cadastral e apoio às ações de vigilância, acompanhamento e responsabilização legal, contribuindo para a rastreabilidade dos animais atendidos e para o fortalecimento das políticas públicas de controle populacional e bem-estar animal.

A contratada deverá disponibilizar equipe técnica e operacional compatível com a complexidade e o volume dos serviços, composta por profissionais legalmente habilitados, incluindo médicos veterinários, auxiliares e demais profissionais necessários à execução segura dos procedimentos, bem como motorista para condução e operação da unidade móvel do Município, quando aplicável, garantindo a atuação integrada e contínua das equipes.

A empresa contratada será integralmente responsável pelo custeio de todos os equipamentos, instrumentos, insumos, medicamentos, materiais médico-veterinários e demais recursos necessários à execução dos serviços, bem como pela manutenção preventiva e corretiva de sua unidade móvel, dos equipamentos embarcados, dos sistemas de microchipagem e de registro de dados, assegurando pleno funcionamento, higiene, segurança e integridade das informações durante toda a vigência contratual, sem qualquer ônus financeiro ao Município.

A existência de clínica veterinária fixa vinculada à empresa contratada terá caráter exclusivamente de retaguarda assistencial, destinada apenas ao atendimento de intercorrências pós-operatórias diretamente relacionadas aos procedimentos cirúrgicos

realizados na unidade móvel, tais como reações anestésicas, infecção pós-operatória, deiscência de sutura ou outras situações comprovadamente decorrentes do ato cirúrgico, ficando expressamente excluídos atendimentos por causas clínicas, traumáticas ou patológicas não relacionadas à cirurgia.

Enquanto a unidade móvel permanecer em operação no bairro onde foi realizado o procedimento, as intercorrências pós-operatórias deverão ser encaminhadas, preferencialmente, à própria unidade móvel, para avaliação clínica inicial e adoção das condutas imediatas. Na hipótese de a unidade móvel não mais se encontrar em operação, deverá ser assegurada a existência de clínica veterinária de retaguarda devidamente habilitada, localizada em um raio máximo de até 50 (cinquenta) quilômetros do território municipal, sendo que o encaminhamento para clínica situada no próprio Município ocorrerá exclusivamente nos períodos em que a clínica de retaguarda indicada não estiver em funcionamento.

Nessas hipóteses, todas as despesas decorrentes do atendimento veterinário serão de inteira e exclusiva responsabilidade da empresa contratada, cabendo ao responsável legal pelo animal a responsabilidade integral pelo seu transporte até a unidade de atendimento indicada, não gerando qualquer ônus financeiro, direto ou indireto, à Administração Pública Municipal. Dessa forma, a solução apresentada configura-se como completa, integrada e tecnicamente adequada, ao reunir capacidade operacional, segurança assistencial, rastreabilidade dos animais, responsabilidade integral da contratada quanto a insumos e medicamentos, e retaguarda clínica definida, assegurando a efetividade do Programa Municipal de Saúde Animal, em observância aos princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e do interesse público.

## **5.2 Garantia e/ou assistência técnica (art. 40, § 1º, III):**

A prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência não envolve o fornecimento de bens duráveis passíveis de garantia técnica convencional, nos termos usualmente aplicáveis a aquisições de equipamentos ou materiais permanentes.

A assistência técnica necessária à adequada execução do objeto encontra-se integralmente incorporada à própria prestação dos serviços, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada, que deverá assegurar:

- a) a execução dos procedimentos cirúrgicos de acordo com as boas práticas médico-veterinárias, normas sanitárias e protocolos técnicos vigentes;
- b) o suporte assistencial para atendimento de intercorrências exclusivamente pós-operatórias, diretamente relacionadas aos procedimentos realizados, conforme fluxo assistencial e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- c) a manutenção preventiva e corretiva da unidade móvel (Castramóvel), bem como de todos os equipamentos, instrumentos e sistemas utilizados, garantindo seu pleno funcionamento durante toda a vigência contratual;
- d) a substituição imediata de insumos, materiais, equipamentos ou medicamentos que apresentem falhas, defeitos ou inadequações técnicas, sem qualquer ônus adicional para a Administração.



Dessa forma, considera-se que a responsabilidade técnica, assistencial e operacional da contratada supre integralmente a exigência de garantia e/ou assistência técnica, sendo desnecessária a previsão de garantia adicional específica.

### **5.3 Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21):**

Considerando a natureza do objeto, o valor estimado da contratação, o regime de execução, bem como o fato de que os serviços serão prestados mediante fiscalização contínua da Administração e pagamento condicionado à efetiva execução dos procedimentos, não será exigida garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

Entende-se que a exigência de garantia de execução, no presente caso, não se mostra necessária nem proporcional, uma vez que os riscos contratuais estão adequadamente mitigados por meio das cláusulas de responsabilização da contratada, dos mecanismos de fiscalização, das sanções administrativas previstas e da própria natureza do serviço, que não envolve antecipação relevante de valores nem fornecimento de bens de alto valor agregado.

A eventual exigência de garantia de execução poderia, inclusive, restringir indevidamente a competitividade do certame, sem acréscimo efetivo de segurança para a Administração, razão pela qual se opta, de forma motivada, pela sua não exigência.

## **6 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)**

### **6.1 Disponibilizar unidade móvel de castração (castramóvel):**

A empresa contratada deverá disponibilizar 1 (uma) unidade móvel de castração (Castramóvel), devidamente regularizada, equipada e em plenas condições operacionais, a qual será a estrutura exclusiva para a realização dos procedimentos cirúrgicos de esterilização de cães e gatos no âmbito deste contrato. As castrações deverão ser realizadas unicamente no Castramóvel da empresa, que percorrerá diversos bairros do Município, conforme cronograma previamente definido, assegurando ampla cobertura territorial, descentralização dos atendimentos e maior efetividade das ações de controle populacional animal, permanecendo o Castramóvel pertencente ao Município disponível exclusivamente para apoio operacional, quando necessário.

Para a adequada execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar equipe mínima composta por: 01 (um) médico-veterinário cirurgião, 01 (um) médico-veterinário anestesista, 03 (três) médicos-veterinários para realização de exames clínicos, triagem e exames laboratoriais in loco (hemograma), além de equipe administrativa, equipe de limpeza e responsável técnico formalmente designado, todos devidamente habilitados e registrados no CRMV, em quantitativo compatível com a capacidade operacional da unidade móvel e a demanda assistencial.

O Castramóvel deverá atender integralmente às exigências legais, sanitárias e profissionais vigentes, devendo a empresa comprovar sua regularidade mediante apresentação de: Plano



de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS); Licença ou Alvará Sanitário da Unidade Móvel; Licenciamento Sanitário do Veículo, quando exigido; Anotação ou Termo de Responsabilidade Técnica junto ao CRMV; Certificado de Dedetização e Desratização válido; CRLV do veículo; Projeto Técnico

do Castramóvel, contendo descrição da estrutura, layout interno, fluxos de atendimento e capacidade operacional; Memorial Descritivo com detalhamento de equipamentos, materiais, protocolos cirúrgicos, anestésicos e normas de biossegurança; e relação nominal da equipe técnica com respectivas funções e registros profissionais.

Deverão ser realizados, no ato do atendimento e previamente ao procedimento cirúrgico, os exames pré-operatórios necessários à avaliação das condições clínicas do animal, visando atestar sua aptidão para a realização segura da cirurgia, conforme critérios técnico-veterinários.

O Castramóvel deverá ser mantido permanentemente em adequadas condições de manutenção, limpeza e higienização, garantindo o pleno e seguro funcionamento dos serviços, devendo a unidade móvel estar devidamente equipada, no mínimo, com: balança para pesagem de animais; suporte para soluções destinadas à fluidoterapia; AMBU; medicamentos para atendimento de emergências (reações alérgicas, intercorrências cardiorrespiratórias e hemorrágicas); cilindro de oxigênio e sondas endotraqueais; equipamentos para esterilização de materiais; mobiliário compatível com procedimentos de castração de cães e gatos; materiais adequados para o descarte de resíduos; e gaiolas individuais, em quantidade e dimensões compatíveis, para acomodação dos animais no pré e pós-operatório.

O Castramóvel deverá dispor de centro cirúrgico compatível com a demanda dos atendimentos e espaço físico suficiente para a livre e segura movimentação da equipe, devendo estar equipado com mobiliário apropriado, sistema de anestesia inalatória portátil para administração de agentes anestésicos voláteis, com ventilação manual ou espontânea, equipamento de monitorização anestésica contendo, no mínimo, aferição de temperatura corporal, oximetria de pulso, pressão arterial não invasiva e eletrocardiograma, bem como sistemas adequados de provisão de oxigênio e de ventilação mecânica para o período pós-operatório, além de equipamentos destinados à realização imediata de exames pré-operatórios no próprio local de atendimento.

Para a perfeita execução dos serviços, deverão ser disponibilizados todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades suficientes e com qualidade compatível com as especificações estabelecidas, assegurando-se sua reposição, substituição ou manutenção sempre que necessário, de modo a não comprometer a continuidade e a qualidade dos serviços.

Caberá exclusivamente à empresa contratada a guarda, custódia, conservação, manutenção preventiva e corretiva, bem como todos os custos e despesas relacionados ao seu Castramóvel próprio, incluindo veículo, equipamentos embarcados, sistemas internos e condições sanitárias.

O Castramóvel, deverá estar devidamente adesivado, contendo as logomarcas institucionais e



demais informações obrigatórias e necessárias à adequada identificação visual do serviço, conforme padrão a ser definido pela Administração. O motorista contratado pela empresa, deverá apresentar-se devidamente habilitado, portando Carteira Nacional de Habilitação válida, atualizada e compatível

com a categoria do veículo, bem como comprovar a regularidade dos exames médicos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito vigente.

Justifica-se a utilização do Castramóvel pertencente ao Município como apoio operacional, uma vez que, embora o Município disponha de unidade móvel própria, esta não possui equipe técnica e operacional suficiente para funcionamento contínuo e pleno, tampouco capacidade para absorver integralmente a demanda existente por procedimentos de castração.

Ressalta-se que a demanda municipal é superior à capacidade operacional atualmente disponível, de modo que a atuação exclusiva do Castramóvel municipal revela-se insuficiente para atender, de forma tempestiva e eficaz, às necessidades da população e às políticas públicas de controle populacional de animais.

Nesse contexto, a utilização do Castramóvel como apoio operacional, associada à contratação de empresa especializada, mostra-se medida necessária e proporcional, assegurando a ampliação da capacidade de atendimento, a continuidade dos serviços e a efetividade do interesse público, sem prejuízo de que todas as despesas de manutenção, conservação e demais custos do referido equipamento permaneçam integralmente sob responsabilidade do Município, não gerando qualquer ônus à empresa contratada.

### **6.2 Clínica veterinária de retaguarda para suporte pós- operatório:**

A execução das cirurgias de castração de cães e gatos, machos ou fêmeas, dar-se-á exclusivamente em unidade móvel do tipo Castramóvel, em conformidade com as normas técnicas, sanitárias e legais vigentes, não havendo previsão de realização de procedimentos cirúrgicos em clínica fixa.

As intercorrências exclusivamente pós-operatórias, direta e comprovadamente relacionadas aos procedimentos cirúrgicos realizados na unidade móvel, deverão seguir, obrigatoriamente, o fluxo assistencial estabelecido nesta cláusula, ficando expressamente excluídos atendimentos decorrentes de causas clínicas, traumáticas ou patológicas não vinculadas ao ato cirúrgico.

Enquanto a unidade móvel permanecer em operação no bairro onde foi realizado o procedimento, as intercorrências pós-operatórias deverão ser encaminhadas, preferencialmente, à própria unidade móvel, para avaliação clínica inicial, adoção de condutas imediatas e tentativa de resolução do caso.

Na hipótese de necessidade de atendimento imediato, quando a unidade móvel não mais se encontrar em operação no bairro, deverá ser assegurada, pela empresa contratada, a existência de clínica veterinária de retaguarda, devidamente habilitada, localizada em um raio máximo de até 50 (cinquenta) quilômetros do território municipal, dotada de infraestrutura mínima necessária à prestação de assistência emergencial.



A contratada poderá encaminhar os atendimentos emergenciais, para clínica veterinária situada no próprio Município exclusivamente nos dias e horários em que a clínica de retaguarda indicada não estiver em funcionamento, incluindo períodos noturnos, finais de semana e feriados.

Nessas hipóteses, todas as despesas decorrentes do atendimento veterinário serão de inteira e exclusiva responsabilidade da empresa contratada, cabendo ao responsável legal pelo animal a responsabilidade integral pelo seu transporte até a unidade de atendimento indicada, não gerando qualquer ônus financeiro, direto ou indireto, à Administração Pública Municipal.

Fica expressamente estabelecida a obrigatoriedade de manutenção de retaguarda clínica fixa, tecnicamente estruturada e apta a receber animais que apresentem, exclusivamente, as seguintes intercorrências pós-cirúrgicas: reações anestésicas hemorragias decorrentes do procedimento de castração, deiscência de sutura, ou outras situações direta e comprovadamente vinculadas ao ato cirúrgico, que demandem avaliação clínica imediata, realização de exames complementares, internação ou intervenções terapêuticas adicionais.

O acionamento do fluxo assistencial dar-se-á por intermédio da Secretaria Municipal de Bem Estar Animal, responsável pela articulação institucional entre os entes envolvidos.

### **6.3 Fornecimento de medicação pós-operatória imediata:**

A empresa contratada deverá disponibilizar os medicamentos pós-operatórios que forem previamente avaliados, indicados e liberados pela equipe técnica responsável pelo projeto, sendo a dispensação realizada exclusivamente após a conclusão do ato cirúrgico, conforme prescrição do médico-veterinário responsável.

O fornecimento deverá observar os protocolos assistenciais e as diretrizes sanitárias vigentes, de acordo com a disponibilidade dos medicamentos padronizados, limitando-se ao período de pós-operatório imediato, não abrangendo tratamentos prolongados, intercorrências clínicas posteriores ou situações decorrentes do uso inadequado ou do descumprimento das orientações fornecidas aos tutores.

Motivação: O fornecimento de medicação destinada ao pós-operatório imediato constitui medida relevante para a adequada recuperação dos animais submetidos aos procedimentos cirúrgicos de castração, contribuindo para a redução de complicações clínicas e para a preservação do bem-estar animal.

### **6.4 Inserção de microchip de identificação:**

A contratada deverá proceder com a inserção de microchip eletrônico de identificação em todos os animais submetidos à castração. Essa medida, tem por finalidade assegurar a identificação individual, permanente e inequívoca dos cães e gatos atendidos pelo programa, possibilitando sua vinculação a cadastro administrativo e o fortalecimento das ações de controle populacional e de bem-estar animal no âmbito do Município.

O microchip deverá ser implantado após a realização do procedimento cirúrgico de castração, por profissional habilitado, utilizando tecnologia passiva de leitura eletrônica, sem sistema de



rastreamento ou geolocalização, permitindo a leitura do código identificador exclusivamente por meio de equipamento apropriado.

A identificação eletrônica por microchip constitui método amplamente reconhecido como seguro e permanente, contribuindo para o aprimoramento das ações de vigilância e das campanhas futuras de saúde animal, bem como para a responsabilização legal dos tutores em situações de abandono ou maus-tratos, na medida em que permite a identificação do animal quando submetido à leitura eletrônica e à consulta do cadastro correspondente, em consonância com o art. 32 da Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais).

O nanochip (microchip animal) deverá ser fornecido pela contratada, esterilizado, embalado individualmente com aplicadores individuais e descartáveis, garantindo segurança, encapsulado em bio-vidro com revestimento antimigratório de Parylene C, inserido em agulha com bisel trifacetado, acompanhado de 8 etiquetas com códigos individuais para cada microchip, com dimensões aproximadas de 1,25 mm de diâmetro por 7 mm de comprimento, padrão FDX-B, frequência de 134,2 kHz, atendendo integralmente às normas internacionais ISO 11784, ISO 11785, ISO 14223 e NBR 14766.

## **6.5 Comprovação de experiência em programas de castração:**

Será exigida da empresa participante a comprovação de experiência prévia na execução de programas e/ou ações voltadas à castração de cães e gatos, em âmbito municipal, estadual ou federal, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto licitado, em quantitativo mínimo equivalente a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo previsto para a contratação. nos termos do § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 2 (dois) anos na prestação de serviços na área veterinária em castramóvel, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

Motivação: Tal exigência tem por finalidade assegurar que a empresa contratada possua capacidade técnica e operacional para realizar, de forma segura, eficiente e em larga escala, os procedimentos de castração, considerando que a atividade envolve logística específica, protocolos de biossegurança, controle anestésico e gestão de riscos sanitários.

## **6.6 Qualificação Técnica (conforme art. 67, Lei 14.133/2021):**

A contratada deverá apresentar, comprovante de inscrição e regularidade no Conselho Profissional competente (CRMV);

A contratada deverá apresentar, Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto, em quantitativo mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) do previsto para a contratação.

A contratada deverá apresentar a comprovação da experiência mínima de 2 (dois) anos na prestação de serviços na área veterinária em castramóvel, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

A contratada deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, equipe técnica conforme

discriminado no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, disponíveis para início imediato, devidamente registrados Conselho profissional competente.

A contratada deverá apresentar, Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS, específico da unidade móvel;

A contratada deverá apresentar, Licença Sanitária ou Alvará Sanitário da Unidade Móvel (Castramóvel);

A contratada deverá apresentar, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART / Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, junto ao CRMV, referente aos serviços prestados na unidade móvel;

A contratada deverá apresentar, Certificado de Dedetização, Desinsetização e Desratização, dentro do prazo de validade;

A contratada deverá apresentar, certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV (Castramóvel);

A contratada deverá apresentar, Projeto Técnico da Unidade Móvel (Castramóvel), contendo descrição da estrutura física, layout, fluxos operacionais e capacidade de atendimento;

A contratada deverá apresentar, Memorial Descritivo Técnico, contendo especificação dos equipamentos, materiais, protocolos cirúrgicos, anestésicos e normas de biossegurança;

A contratada deverá apresentar, Relação Nominal da Equipe Técnica, com indicação das funções exercidas e respectivos registros profissionais.

#### **6.7 Apresentação de documentos juntamente à proposta de preços:**

Não serão exigidos documentos juntamente com a proposta de preços.

#### **6.8 Vistoria Prévia (observado os §§§ 2º, 3º e 4º do art. 63, Lei 14.133/2021):**

Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, o licitante poderá realizar vistoria prévia do local de execução, para o pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado.

O agendamento deverá ser feito juntamente a Secretaria Municipal de Bem Estar Animal, pelo e-mail: [bemestaranimal@barradopirai.rj.gov.br](mailto:bemestaranimal@barradopirai.rj.gov.br) u pelo telefone 08002021999 - ramal 4096.

Caso a licitante dispense a realização da vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico ou responsável legal da empresa acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme anexo.

#### **6.9 A apresentação de amostra e/ou demonstração dos (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021):**

Não será necessária apresentação de amostra e/ou demonstração dos objetos por parte da licitante vencedora provisória (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021).

### **7 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO (art. 40, § 1º, II da Lei 14.133/2021)**

7.1 O prazo de início do serviço é de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato pela empresa selecionada.



7.2 O objeto deverá ser executado de acordo com o cronograma de bairros a ser fornecido pela secretaria demandante, que poderá contemplar todos os bairros do Município.

#### **8 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021)**

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021.

8.2 Resultados pretendidos com a execução do contrato:

Com a implementação da solução proposta, a Administração Municipal pretende promover a ampliação e o fortalecimento das políticas públicas de saúde animal, por meio da execução contínua e integrada dos serviços de castração e microchipagem de cães e gatos,

contribuindo para a redução progressiva da superpopulação animal e, conseqüentemente, para a diminuição do abandono e de seus impactos sociais e sanitários. A adoção de procedimentos cirúrgicos seguros, aliada à existência de suporte pós-operatório adequado, visa assegurar a melhoria das condições de saúde e bem-estar dos animais atendidos.

A atuação integrada das unidades móveis, próprias da contratada e/ou pertencentes ao Município, permitirá a descentralização dos atendimentos e a ampliação do alcance territorial das ações, garantindo maior equidade no acesso aos serviços, especialmente em comunidades periféricas, áreas rurais e regiões de difícil acesso. Tal modelo operacional contribui para a eficiência logística, a otimização dos recursos públicos e a ampliação da capacidade de atendimento.

Essa abordagem integrada, voltada exclusivamente à prestação dos serviços assistenciais, busca gerar efeitos duradouros, reduzir a reincidência dos problemas relacionados à superpopulação animal e mitigar riscos à saúde pública, especialmente no que se refere à prevenção de zoonoses, assegurando maior efetividade às políticas públicas municipais e melhor relação custo-benefício à Administração.

#### **9 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)**

9.1 Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.

9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.



9.3 Ficam indicados como futuro fiscal ou comissão de fiscalização e futuro gestor do contrato, os seguintes servidores:

Loah de Barros Barbosa / Cargo: Diretora de Saúde Animal Veterinário

Matheus Prem Mendes / Cargo: Fiscal Ambiental

#### **10 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021)**

10.1 O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do ar. 141 da Lei 14.133/2021.

10.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.

#### **11 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021)**

11.1 A aquisição do objeto/a prestação dos serviços será realizada através de Sistema de Registro de Preços?

( x ) sim ou ( ) não

11.2 Qual critério de Julgamento será utilizado?

Menor Preço

#### **12 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)**

12.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 825.860,75 (oitocentos e vinte e cinco mil oitocentos e sessenta reais e setenta e cinco centavos), sendo o valor unitário do serviço, estimado em R\$ 464,75 (quatrocentos e sessenta e quatro reais e setenta e cinco centavos) multiplicado pelo número estimado de castração anual, que é de 1777 (mil setecentos e setenta e sete.) Não foi encontrado em atas e sítios eletrônicos, serviços com as características semelhantes. Diante disso foi utilizado como parâmetro, afim de se estimar o valor citado acima, pesquisa no painel gov.br e a cotação enviado por um possível fornecedor, que será posteriormente e complementada pelo setor de compras.

#### **13 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)**

13.1 A(s) dotação(ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é(são):



SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO
SEBEAM	20.26.18.541.1025.8011	3.3.90.39.00	1500

## 14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Não há disposições gerais.

## 15 ANEXO(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA

15.1 Não há anexos.



 <b>SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL</b> <b>ANEXO – fl. 01/02</b>		Licitação por: <b>Pregão Eletrônico</b> A realizar-se em: ____/____/____ às ____ hs. Solicitação de Compras nº				
<b>Proposta de Preços</b>		<b>CARIMBO DA FIRMA</b>				
A empresa ao lado propõe-se a entregar o material à Prefeitura de Barra do Piraí pelos preços assinalados, obedecendo rigorosamente às condições constantes no Edital de <b>Pregão Eletrônico Nº ____/2025.</b>						
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Unid</b>	<b>QTDE.</b>	<b>Marca</b>	<b>Preço Unitário (R\$)</b>	<b>Preço Total (R\$)</b>
<b>01</b>	Provável Contratação de empresa especializada para a execução integrada de serviços de castração (esterilização cirúrgica) de cães e gatos, com microchipagem, realização de exames pré-operatórios no próprio Castramóvel, disponibilização de medicamentos pós-cirúrgicos e suporte assistencial para intercorrências exclusivamente decorrentes dos procedimentos realizados, em apoio ao Programa Municipal de Saúde Animal					
Valor Total por Extenso: _____ (_____)		<b>TOTAL</b>		<b>R\$</b> _____		
<b>OBSERVAÇÕES:</b> 1. Ser datilografada, sem emendas e rasuras; conter os preços em algarismo e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais a ser datada e assinada pelo gerente ou seu procurador. 2. O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DE PREÇOS a cumprir os termos nela contidos. 3. As duas primeiras vias da PROPOSTA DE PREÇOS deverão ser devolvidas a este ÓRGÃO, até a hora e data marcadas, em envelope fechado, com a indicação do seu número e data do encerramento. 4. A licitação mediante PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser anulada no todo ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.		<b>Prazo de execução:</b> <b>Validade da Proposta De Preços (preços válidos), por: 60 (sessenta) dias</b> <b>Local da execução:</b> Declaramos inteira submissão ao presente Termo e Legislação vigente Em ____/____/____				
Obs.: Informar dados bancários:  Banco: _____ Nº _____ Agência: _____ C/c: _____		<b>Firma Proponente</b>				



	<b>SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL</b> <b>ANEXO IV – fl. 02/02</b>  <b>PROPOSTA DE PREÇOS</b>	Licitação por: <b>Pregão Eletrônico</b> A realizar-se em: _____ às _____ hs. <b>Solicitação de Compras nº</b>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

ITEM	CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UN	QUANT	Valor unitário	Valor total
01	Execução dos procedimentos clínicos, incluindo castrações de cães e gatos, exames hematológicos, microchipagem, fornecimento de medicação pós-operatória e atendimento itinerante por meio de Unidade Móvel (Castramóvel).	UNID	1777	R\$	R\$





## ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA Provável  
PROVÁVEL AQUISIÇÃO xxxxxxxxxxxxxxxx, PARA  
ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA  
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx  
, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI. E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_

O MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI, através Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, inscrito no CNPJ 28.576.080/0001-47, com sede na Travessa Assumpção nº 69-Centro, município de Barra do Piraí/RJ, na qualidade de **ORGÃO GERENCIADOR**, torna público que, devidamente autorizada pelo **Exma. Prefeita, Sra. Katia Cristina Miki da Silva**, brasileira, residente e domiciliado nesta cidade, portadora, CPF nº 096.147.397-19 na forma do disposto no **processo administrativo n.º 020302-001626/2026** ora denominada **AUTORIDADE COMPETENTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato pelo Sr. \_\_\_\_\_, cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ /\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, domiciliado na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, apto. \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_/RJ CEP: \_\_\_\_\_, lavram a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, que se regerá pela Lei Federal 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar n. 123/2006, Decreto Municipal nº 310 de 23 de março de 2022, Decreto Municipal nº 401 de 08 de novembro de 2022, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no instrumento convocatório, aplicando-se a este instrumento suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O Objeto da presente Ata de Registro de Preços é o Provável Contratação de empresa especializada para a execução integrada de serviços de castração (esterilização cirúrgica) de cães e gatos, com microchipagem, realização de exames pré-operatórios no próprio Castramóvel, disponibilização de medicamentos pós-cirúrgicos e suporte assistencial para intercorrências exclusivamente decorrentes dos procedimentos realizados, em apoio ao Programa Municipal de Saúde Animal



## **CLÁUSULA SEGUNDA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Esta Ata de Registro de Preços é documento vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso de fornecimento, para futura contratação, nos termos e especificações definidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços.

**Parágrafo primeiro:** A contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade da **PREFEITURA DE BARRA DO PIRAI** e de acordo com o quantitativo indicado na **cláusula quarta**.

**Parágrafo segundo:** a lavratura desta Ata de Registro de Preços não obriga a contratação do(s) item (ns) registrado (s), facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

**Parágrafo terceiro:** a Ata de Registro de Preços, com a indicação do preço registrado e dos fornecedores, será divulgada no **Boletim Oficial Eletrônico (BOE)** do órgão gerenciador da Ata e ficará disponibilizada durante a sua vigência.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

O **ÓRGÃO GERENCIADOR** desta Ata de Registro de Preços é a **Prefeitura de Barra do Piraí/RJ**

**Parágrafo primeiro:** A Ata de Registro de Preços poderá ser aderida por quaisquer órgãos ou entidade do Estado e Município (s), que não tenha (m) participado do certame licitatório, ora denominado (s) **ÓRGÃO (S) ADERENTE (S)**.

## **CLÁUSULA QUARTA: DO QUANTITATIVO**

O quantitativo do(s) item (ns) indicado (s) no Termo de Referência é (são) meramente estimativo(s) e não implicam em obrigatoriedade de contratação pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

**Parágrafo primeiro:** é vedada a realização de acréscimos nos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

## **CLÁUSULA QUINTA: DO LOCAL DE ENTREGA**



O objeto desta Ata de Registro de Preços deverá ser entregue/executado conforme informado no Edital e Termo de Referência.

## **CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO DE ENTREGA**

O prazo de entrega dos objetos é de 20 (vinte) dias conforme, termo de referência.

## **CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO**

O preço registrado é o constante da proposta vencedora da licitação, cujos valores estão reunidos na Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços (**Anexo I**).

**Parágrafo primeiro:** O preço englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais, financeiras, frete, transporte e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

**Parágrafo segundo:** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do material registrado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** promover as negociações junto aos fornecedores.

**Parágrafo terceiro:** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**Parágrafo quarto:** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**Parágrafo quinto:** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**Parágrafo sexto:** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o **FORNECEDOR**, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir o compromisso, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá:

- a) liberar o **FORNECEDOR** do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.



b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**Parágrafo sétimo:** Não havendo êxito nas negociações, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá proceder à revogação, parcial ou integral, da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**CLÁUSULA OITAVA: DO PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO**

A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

**CLÁUSULA NONA: RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Os recursos necessários para as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão por conta do próprio **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS
SEBEAM	20.26.18.541.1025.8011	3.3.90.39.00	1500

**CLÁUSULA DÉCIMA: CONTRATAÇÃO PELO ÓRGÃO GERENCIADOR**

Compete ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** promover as ações necessárias para as suas próprias contratações, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**Parágrafo primeiro:** a contratação realizada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** será formalizada por emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar.

**Parágrafo segundo:** o **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá verificar a manutenção das condições de habilitação do fornecedor.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA**

O objeto desta ata será recebido da seguinte forma:



- a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, em até 15 (quinze dias);
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

**Parágrafo primeiro:** as condições de fornecimento devem ser executadas fielmente, de acordo com os termos do instrumento convocatório, do Edital e seus anexos, e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial do objeto.

**Parágrafo segundo:** a execução será acompanhada e fiscalizada por representante(s) do **CONTRATANTE** especialmente designado(s) pelo órgão contratante conforme ato de nomeação.

**Parágrafo terceiro:** o objeto será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento.

**Parágrafo quarto:** o recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

**Parágrafo quinto:** o material cujo padrão de qualidade e desempenho esteja em desacordo com a especificação do Edital e da Proposta de Preços será recusado pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à sua regularização. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 05 (cinco) dias, para ratificação.

**Parágrafo sexto:** o fornecedor declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**Parágrafo sétimo:** a instituição e a atuação da fiscalização não excluem ou atenuam a responsabilidade do fornecedor, nem o exime de manter fiscalização própria.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**



O pagamento será realizado pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, de acordo com as contratações realizadas, considerando a quantidade e valor do item adquirido.

**Parágrafo primeiro:** o prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

**Parágrafo segundo:** considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

**Parágrafo terceiro:** caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**Parágrafo quarto:** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo

IGPM e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

**Parágrafo quinto:** a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

**Parágrafo sexto:** A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA, mediante adimplemento do cumprimento com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo (s) agente (s) competente (s) e diretamente na conta corrente: nº xxxxx, agência: xxxxxx, banco: xxxxxx, de titularidade da CONTRATADA.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR, NA QUALIDADE DE CONTRATANTES**

Constituem obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR** na qualidade de **Contratantes**:

- a) efetuar os pagamentos devidos ao Fornecedor, de acordo com as condições estabelecidas no Edital para Registro de Preços, Termo de Referência, Proposta de Preços e Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços.



- b) entregar ao Fornecedor documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente instrumento;
- c) exercer a fiscalização da execução do objeto;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto, nas formas definidas no edital.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

Constituem obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

- a) gerenciar a ata de registro de preços;
- b) acompanhar constantemente a flutuação dos preços no mercado de modo a manter a vantajosidade;
- c) conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

Constituem obrigações do Fornecedor:

- a) entregar/executar o objeto, de acordo com o especificado no Edital e seus anexos;
- b) entregar/executar o objeto sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- c) manter em estoque um mínimo de materiais necessários à execução do objeto do contrato;
- d) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeito ou incorreções resultantes do execução irregular ou do fornecimento em desconformidade com as especificações contidas no Edital e seus anexos, no prazo de até 07 (sete) dias corridos;
- f) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.

**Parágrafo único:** não será admitida justificativa de atraso da entrega/execução do objeto adquirido que tenha como fundamento o não cumprimento da sua entrega pelo (s) fornecedor (es) do licitante.





**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA RESPONSABILIDADE**

O Fornecedor é responsável por danos causados ao órgão contratante ou a terceiros,

decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Parágrafo único:** o cancelamento do registro nas hipóteses previstas nas alíneas a, b e d do *caput* será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla e prévia defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:**

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Conforme artigo 86 parágrafo terceiro da Lei 14133 de 1º de abril de 2021, o município poderá dar ADESÃO A ATA.



**CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços/Contrato, o retardamento da entrega/execução do objeto ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) Advertência;
- b) multa administrativa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**Parágrafo primeiro:** a sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da infração cometida.

**Parágrafo segundo:** quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

**Parágrafo terceiro:** a imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão contratante, podendo ser aplicado pela **AUTORIDADE COMPETENTE, com poderes para decidir na Administração Pública.**

**Parágrafo quarto:** ressalvada a hipótese descrita no parágrafo quarto cabe ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

**Parágrafo quinto:** a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput* da **cláusula vigésima**, serão impostas pela **AUTORIDADE COMPETENTE, com poderes para decidir na Administração Pública.**

**Parágrafo sexto:** a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, prevista na alínea c, do *caput* da **cláusula vigésima**, será imposta pelo Ordenador de Despesa.

**Parágrafo sétimo:** a aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput* da **cláusula vigésima**, é de competência exclusiva da **Exmo Sr. Prefeito.**



**Parágrafo oitavo:** a multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput* da **cláusula vigésima**:

- a) não excederá, em seu total, 30% (trinta por cento) do valor do contrato;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

**Parágrafo nono:** o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput* da **cláusula vigésima**:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 03 (três) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

**Parágrafo décimo:** a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do *caput* da **cláusula vigésima**, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**Parágrafo décimo primeiro:** é admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**Parágrafo décimo segundo:** o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da Ata, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral da Ata pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.



**Parágrafo décimo terceiro:** a aplicação da multa de mora não exclui a possibilidade da Administração promover a extinção unilateral da Ata de Registro de Preços, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**Parágrafo décimo quarto:** a aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, observando-se os seguintes preceitos:

- a) ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia;
- b) a intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa;
- c) a defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput* da **cláusula vigésima**, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do mesmo dispositivo;
- d) será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela Autoridade Competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**Parágrafo décimo quinto:** a recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total da Ata, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

**Parágrafo décimo sexto:** as penalidades previstas na **cláusula vigésima** também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

**Parágrafo décimo sétimo:** os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de impedimento contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a **Administração Pública do Município de Barra do Piraí** enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

**Parágrafo décimo oitavo:** penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** no Cadastro de Fornecedores da **PMBP**.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**



O(s) fornecedor(es) registrado(s) deverá(o) manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições exigidas na licitação, inclusive as referentes à habilitação e às condições de participação.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barra do Piraí para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata de Registro de Preços que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, firmam as partes o presente instrumento em **05 (cinco) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Barra do Piraí, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Prefeitura de Barra do Piraí-RJ  
ORDENADOR DE DESPESA

\_\_\_\_\_  
FORNECEDOR  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS)

Testemunhas:

Testemunha: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Testemunha: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_



**Anexo**

**CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**CONTRATO Nº** \_\_\_\_/\_\_\_\_

**OBJETO:**

**FORNECEDOR:**

ITEM	CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UN	QUANT	Valor unitário	Valor total
01	Provável Contratação de empresa especializada para a execução integrada de serviços de castração (esterilização cirúrgica) de cães e gatos, com microchipagem, realização de exames pré-operatórios no próprio Castramóvel, disponibilização de medicamentos pós-cirúrgicos e suporte assistencial para intercorrências exclusivamente decorrentes dos procedimentos realizados, em apoio ao Programa Municipal de Saúde Animal	UNID	1777		



**ANEXO**

**MINUTA DE CONTRATO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**

**CONTRATO DE \_\_\_\_\_ ATRAVÉS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA  
DO PIRAÍ POR INTERMÉDIO DA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_  
E A EMPRESA \_\_\_\_\_**

**O Município de Barra do Piraí, através da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.576.080/0001-47, com sede na Travessa Assumpção, nº 69, Centro, Barra do Piraí/RJ, doravante denominada CONTRATANTE, representado neste ato pela Exma. Sra. Prefeita, Sra. Katia Cristina Miki da Silva, residente e domiciliado nesta cidade, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, por intermédio da Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_ e a empresa \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, daqui por diante denominada CONTRATADA, representada neste ato por \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente CONTRATO, em decorrência do resultado da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, com fundamento no Processo Administrativo nº XXXX/XXXX, que se regerá Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 310, de 23 de março de 2022, Decreto Municipal nº 401, de 08 de novembro de 2022, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O Objeto do presente Contrato é \_\_\_\_\_, conforme as especificações constantes Termo de Referência (Anexo III) e do instrumento convocatório.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PRAZOS**

O prazo de vigência do Contrato será \_\_\_\_\_ contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Barra do Piraí e no PNCP, conforme artigo 94, inciso I, da Lei Federal 14.133/21.





**PARÁGRAFO PRIMEIRO** O prazo contratual poderá ser prorrogado, quando couber, na forma do art. 107 da Lei 14.133/21.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** O reajuste ou repactuação será conforme especificado nas cláusulas contratuais, tendo como prazo inicial da apresentação da proposta, adotando como base o índice do **IPCA ou outro que substitua** para insumo e para mão de obra adotando convenção ou dissídio coletivo.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do presente contrato.

**CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar/executar o objeto, de acordo com o especificado no Edital e seus anexos;
- b) entregar/executar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete e seguro;
- c) manter em estoque um mínimo de material necessário à execução do objeto do contrato;
- d) comunicar o Fiscal do contrato por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeito ou incorreções resultantes da execução irregular ou do fornecimento em desconformidade com as especificações contidas no Edital e seus anexos, **no prazo de até \_\_\_\_\_**;
- f) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.

**CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos necessários à realização do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS
SEBEAM	20.26.18.541.1025.8011	3.3.90.39.00	1500



**PARÁGRAFO ÚNICO** – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

**CLÁUSULA SEXTA: DO VALOR DO CONTRATO:**

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (<extenso>).

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do **Termo de Referência/Projeto Básico**, da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O contrato será acompanhado e fiscalizado por representante(s) do **CONTRATANTE** especialmente designado(s) pela autoridade competente, conforme ato de nomeação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**– O objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

**Em se tratando de obras e serviços:**

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, em até 15 (quinze dias);
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

**Em se tratando de compras:**

- a) **provisoriamente**, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, em até 15 (quinze dias);
- b) **definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital e do Termo de Referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em **05 (cinco) dias**, para ratificação.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A ausência da apresentação dos documentos mencionados no PARÁGRAFO PRIMEIRO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de **10 (dez) dias** para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será

rescindido.

**PARÁGRAFO QUARTO** – No caso do parágrafo terceiro, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de impedimento de contratar com o **PMBP**.

#### **CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA, mediante adimplemento do cumprimento com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo (s) agente (s) competente (s) e diretamente na conta corrente: nº \_\_\_\_\_, agência: \_\_\_\_\_, banco: \_\_\_\_\_, de titularidade da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento o MBP, acompanhada da documentação de comprovação de regularidade fiscal e se o objeto tratar de serviço também deverá acompanhar o comprovante de recolhimento mensal do **FGTS e INSS**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O pagamento será realizado no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela e somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação.

**PARÁGRAFO QUARTA** – Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da CONTRATADA, o prazo de **30 (trinta) dias** ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**PARÁGRAFO QUINTO**– Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo \_\_\_\_ e juros moratórios de \_\_\_\_% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de \_\_\_\_ % ao mês pro rata die.

**PARÁGRAFO SEXTO**– ACONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 124, da Lei nº 14.133/21.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser extinto nas situações constantes no artigo 137 da Lei 14.133/21, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**– Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**– A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da assinatura com posterior publicação no **Diário Oficial Eletrônico Municipal de Barra do Piraí (DOEBP)**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Na hipótese de extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

**I** - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

**II** - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

**III** - execução da garantia contratual para:

- a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**



A inexecução total ou parcial do Contrato, o retardamento da entrega/execução do objeto ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da

responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) Advertência;
- b) multa administrativa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da infração cometida.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

**Parágrafo Terceiro** - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão contratante, devendo ser aplicada pela **autoridade competente** com poderes para decidir na Administração Pública:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput*, serão impostas por **autoridade competente com poderes para decidir na Administração Pública**
- b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, prevista na alínea c, do *caput*, será imposta pelo **Ordenador de Despesa**;
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput*, é de competência exclusiva do **Exmº Senhor Prefeito**.

**Parágrafo Quarto** - A multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput*:

- a) multa que não excederá, em seu total, 30% (trinta por cento) do valor do contrato;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

**PARÁGRAFO QUINTO** - o impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput*:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 03 (três) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o contratado faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.



**PARÁGRAFO SEXTO** - a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do *caput*, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - é admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**PARÁGRAFO OITAVO** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - a aplicação da multa de mora não exclui a possibilidade da Administração promover a extinção unilateral da Ata de Registro de Preços, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput*,





e no prazo de **10 (dez) dias**, no caso da alínea d.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Barra do Piraí enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, será cobrado judicialmente.

**PARÁGRAFO ÚNICO**– Caso a **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, principal do débito, dos juros de mora, despesas de processo e honorários de advogado.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento da **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no **Diário Oficial Eletrônico do Município de Barra do Piraí (DOEBP)**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.



**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado no **Diário Oficial Eletrônico do Município de Barra do Piraí e no PNCP**, conforme artigo 94, inciso I, da Lei Federal 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Comarca do **Município de Barra do Piraí**, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **05 (cinco) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Barra do Piraí, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Prefeitura de Barra do Piraí-RJ  
ORDENADOR DE DESPESA

\_\_\_\_\_  
FORNECEDOR  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS)

Testemunhas:

Testemunha: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Testemunha: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_



**Anexo 1**

**CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DO CONTRATO**

**CONTRATO Nº** \_\_\_\_/\_\_\_\_

**OBJETO:**

**FORNECEDOR:**

ITEM	CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UN	QUANT	Valor unitário	Valor total
01	Provável Contratação de empresa especializada para a execução integrada de serviços de castração (esterilização cirúrgica) de cães e gatos, com microchipagem, realização de exames pré-operatórios no próprio Castramóvel, disponibilização de medicamentos pós-cirúrgicos e suporte assistencial para intercorrências exclusivamente decorrentes dos procedimentos realizados, em apoio ao Programa Municipal de Saúde Animal.	UNID	1777	R\$	R\$



**ANEXO**

**MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA À TRABALHO DE MENORES**

**Ref.: Pregão Eletrônico nº**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_.

**DECLARA**, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14133/2021, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**Ressalva:** emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz( ).

\_\_\_\_\_  
data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**



**ANEXO**

**MODELO DE DECLARAÇÃO CUSTOS TRABALHISTA**

**Ref.: Pregão Eletrônico nº**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_.

**DECLARA** que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

\_\_\_\_\_  
data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

**A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**



**ANEXO**

**Modelo de Declaração de Inexistência de Penalidade**

Papel Timbrado da Empresa, dispensa em caso de carimbo com CNPJ

Local e data

A(o) Pregoeira(o),

Referente a(ao) **Pregão Eletrônico nº**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida por \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação.

\_\_\_\_\_  
ENTIDADE

Barra do Piraí-RJ, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do representante legal)



**ANEXO**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, C.N.P.J. nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ participante da licitação modalidade **Pregão Eletrônico n.º** \_\_\_\_\_ referente ao **Processo Administrativo n.º XX/XXXX**, declara que atendeu a todas as exigências habilitatórias e que detém capacidades técnico-operacional (instalações, aparelhamento e pessoal) para fornecimento do(s) objeto(s) para o(s) qual(is) apresentamos proposta.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(local) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal da empresa proponente)





**ANEXO**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGO**

**Ref.: Pregão Eletrônico nº**

..... (nome da Empresa) ....., inscrita no CNPJ  
nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)  
..... portador(a) da Carteira de Identidade  
nº..... e do CPF nº. ....,

**DECLARA, para fins que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com  
deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.**

.....

**(data)**

.....

**(representante legal)**

**A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada  
pelo representante legal da empresa.**



**ANEXO**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

**RELATIVA A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006**

**Ref.: Pregão Eletrônico nº**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_.

**DECLARA** que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

\_\_\_\_\_  
(data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

**A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**



**ANEXO  
TABELA DE PREÇOS (ESTIMATIVO)**

ITEM	CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UN	QUANT	Valor unitário	Valor total
01	Provável Contratação de empresa especializada para a execução integrada de serviços de castração (esterilização cirúrgica) de cães e gatos, com microchipagem, realização de exames pré-operatórios no próprio Castramóvel, disponibilização de medicamentos pós-cirúrgicos e suporte assistencial para intercorrências exclusivamente decorrentes dos procedimentos realizados, em apoio ao Programa Municipal de Saúde Animal.	UNID	1777	R\$ 480,00	R\$ 852.960,00